

**UNIJUI - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

MOVIMENTOS SOCIAIS E O SOFTWARE LIVRE

Dissertação apresentada a Banca de defesa Final para obtenção do título de Mestre em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Departamento de Pedagogia – Mestrado em Educação nas Ciências.

IEDA ZIMMERMANN

Profº Drº André Souza Lemos, Orientador

Ijuí, RS, junho de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e colegas do Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí

Ao Profº Drº André Souza Lemos, orientador e amigo.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Ensino Superior)
pela possibilidade de utilização da bolsa de estudos.

Ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pela
oportunidade.

A minha família.

DEDICATÓRIA

Para Flávio e Arthur, meus amados.

Para minha mãe, maravilhosa.

EPIGRÁFE

Primavera nos Dentes

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
e no centro da própria engrenagem
inventa a contra-mola que resiste...*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
e envolto em tempestade decepado
entre os dentes*

SEGURA A PRIMAVERA!

Secos e Molhados (1972)

MOVIMENTOS SOCIAIS E O SOFTWARE LIVRE

Acadêmica: Ieda Zimmermann

Professor Orientador: Prof^o Dr^o André Souza Lemos

RESUMO

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um dos mais relevantes movimentos sociais contemporâneos no Brasil, tem alcançado visibilidade nunca antes pensada, graças à sua apresentação no meio eletrônico, na Internet. Este trabalho faz um resgate da história do MST, a partir da realização dos seus Congressos Nacionais, que acontecem a cada quatro anos, desde 1984. Faz um acompanhamento do deslocamento do foco mobilizador de suas ações, que inicialmente era a terra, para um amplo leque de ações com desdobramentos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos. Nessa trajetória encontra-se com o movimento do software livre e tem início uma forte parceria. O capítulo primeiro tem como tema os movimentos sociais e a educação sob a perspectiva da comunicação intermediada por computador, a Internet. Aborda questões relacionando a exclusão digital como sendo o aspecto contemporâneo da exclusão social e faz uma análise dos avanços que o MST obteve desde que seu *site* foi colocado na rede, em meados de 1996. O capítulo segundo faz uma análise da ampliação de suas bases sociais, que inicialmente eram pequenos agricultores expulsos do campo, para amplos segmentos incluindo universidades, entidades de apoio e a sociedade civil. Nesse sentido acontece uma ampliação das suas reivindicações bem como a multiplicação dos espaços de ação, entre eles o ciberespaço. O terceiro capítulo é permeado pelas observações da pesquisadora, colhidas durante trabalho de campo, no período de 1998 a 2003, na regional do MST no município de Jóia – RS, onde começaram a ser fomentadas as inquietações que levaram à construção das questões de pesquisa e a conseqüente construção dessa dissertação. Ambos os movimentos, apesar de terem origens distintas, cruzam-se em aspectos definidores como a organização baseada em rede e protagonizam o paradigma da construção coletiva centrado na distribuição da ação. Durante o percurso da pesquisa questões ligadas ao tema da inclusão/exclusão digital, níveis de escolaridade e renda são abordadas sob o prisma da educação, apontando afinidades entre os movimentos e características que os mesclam a ponto de, em certos momentos, os confundirem.

Palavras-chave: MST, software livre, inclusão digital, educação.

MOVIMENTOS SOCIAIS E O SOFTWARE LIVRE

Acadêmica: Ieda Zimmermann

Professor Orientador: Prof^o Dr^o André Souza Lemos

ABSTRAT

The MST - Movement of the Agricultural Workers Without Land, one of the most excellent social movements contemporaries in Brazil, has reached visibility never before thought, thanks to its presentation in the half electronic, in the Internet. This work makes a rescue of the history of the MST, from the accomplishment of its National Congresses, that happen to each four years, since 1984. It makes a accompaniment of the displacement of the mobilized focus of its action, that initially was the land, for an ample fan of action with unfoldings politicians, social, economic and technological. In this trajectory one meets with the movement of free software and has beginning one strong partnership. The first chapter has as subject the social movements and the education under the perspective of the communication intermediated for computer, the Internet. The digital exclusion approaches questions relating as being the aspect contemporary of the social exclusion and makes an analysis of the advances that the MST got since that its site was placed in the net, in 1996 middle. The chapter as makes an analysis of the magnifying of its social bases, that initially were small expulses agriculturists of the field, for ample segments including university, entities of support and the civil society. In this direction a magnifying of its claims as well as the multiplication of the action spaces happens, between them cyberspace. Third I capitulate is permeate by the comments of the researcher, harvested during field work, in the period of 1998 the 2003, in the regional one of the MST in the Jewel city - RS, where they had started to be fomented the fidgets that had taken to the construction of the research questions and the consequent construction of this dissertation. Both the movements, although to have distinct origins, are crossed in defining aspects as the organization based on net and carry out the paradigm of the centered collective construction in the distribution of the action. During the passage of the research on questions to the subject of the inclusion/digital exclusion, levels of scholastic and income are boarded under the prism of the education, pointing affinities between the movements and characteristics that them mescals the point of, at certain moments, to confuse them.

Word-key: MST, free software, digital inclusion, education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AFETIVA	9
INTRODUÇÃO	11
1 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO.....	16
1.1 Técnicas e Tecnologias	21
1.2 Migrando para a Internet.....	22
1.3 Intencionalidades	24
1.4 Tecnologias para Inclusão ou Exclusão: depende do que se quer	26
1.5 Exclusão Digital	27
1.6 Inclusão Digital	29
1.7 Quem é o Excluído Digital?	31
1.8 Educação e Tecnologia	32
1.9 O MST e a Internet	33
1.10 Redes de Movimentos Sociais: Lugares de Integração?	34
1.11 Software Livre Aplicado a Redes Solidárias	35
1.12 Características dos Movimentos Sociais Face às Novas Tics	38
2 TRAJETÓRIAS.....	43
2.1 I Congresso Nacional: ‘Terra pra quem nela trabalha’ (1985)	45
2.2 II Congresso Nacional do MST: ‘Ocupar, Resistir e Produzir’ (1990)	45
2.3 III Congresso Nacional: ‘Reforma Agrária uma luta de Todos’ (1995)	46
2.4 IV Congresso Nacional: ‘Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndios’ (2000)	47
2.5 Ampliando Bases, Avançando Fronteiras	48
2.6 O Início do Software Livre	49

2.7 O Software Proprietário	50
2.8 Características do Software Livre	54
2.9 Principais Referências do Movimento do Software Livre	55
2.10 Trocadilho	56
2.11 Software Livre no Rio Grande do Sul.....	57
2.12 Coletivo e Liberdade	57
2.13 A Emergência do Desenvolvimento Compartilhado.....	60
2.14 Equivalências.....	63
2.15 Paralelas.....	64
2.16 Indústria de Informação	65
2.17 A Revolução das Redes	66
2.18 Paradigma Tecnológico	68
3 VIDA EM MOVIMENTO.....	72
3.1 Pano de Fundo	73
3.2 Novos Olhares, Novas Aprendizagens	75
3.3 Redemoinhos.....	77
3.4 O MST em Jóia.....	78
3.5 A Construção de uma Escola	81
3.6 Primeira 1ª Escola Estadual de Informática do MST	85
3.7 O ITERRA.....	88
3.8 Desafios Coletivos	94
3.9 Desafios Individuais.....	94
3.9.1 Alguns educandos da FUNDEP e ITERRA.....	95
3.9.2 Novos Movimentos, novas inquietações	99
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	106
GLOSSÁRIO.....	111

Tenho andado, tenho pensado, tenho me Movimentado.

Por vezes isso é bom, outras vezes nem tanto, certo é que cresço.

Na história da minha vida até aqui, tive alguns anos dedicados a acompanhar e contribuir com a luta dos Movimentos Sociais na busca por um país que, uns mais outros menos, todos sonhamos melhor. Nessa caminhada permeada por desafios, avanços e retrocessos, percebo que há muito ainda para se entender e construir. Na roda viva do cotidiano dos Movimentos Sociais me encontro em lugar prazeroso: o lugar de pesquisa. Perceber os novos vieses dessa luta, seus desdobramentos e hibridismos me arrebatam profundamente. E é nessa perspectiva que pretendo contribuir com a construção do país seja, para além de pátria amada, mãe gentil!

A presente dissertação toma, como ponto de partida da pesquisa, a trajetória do MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos momentos em que ele se encontra com a pluralidade de manifestações em favor do software livre. Apesar de ser um fenômeno inerentemente tecnológico, o Software Livre têm desdobramentos políticos, culturais, econômicos e educacionais. É fruto da sinergia entre novas formas colaborativas de trabalho que atuam na rede mundial de computadores e aposta na difusão livre de conhecimentos como um novo paradigma de desenvolvimento.

A revolução informacional que se alastrou a partir dos anos 70 e 80, ganhando intensidade nos anos 90 com a propagação da Internet, permitiu novos contornos à sociedade e também aos Movimentos Sociais. A informatização penetrou na sociedade de maneira que pode ser comparada com a energia elétrica, resultante da Segunda Revolução Industrial, reconfigurando a vida nos seus mais variados aspectos. Contudo, “... as técnicas e as tecnologias existentes na sociedade não são distribuídas uniformemente, nem igualitariamente, e nem os produtos e benefícios que geram estão disponíveis pra todos” (BELATO, 2000, p. 14). Intervir nessa realidade tornou-se um dos grandes objetivos dos Movimentos Sociais.

Frente a isso, nos despertou interesse entender as crescentes demandas e utilizações do meio eletrônico entre os quadros de dirigentes e também entre os militantes, para entender qual o papel que as tecnologias assumem num contexto tão fortemente ligado as questões do campo como terra e reforma agrária. Que diferenças efetivamente o acesso às tecnologias podem trazer para esse meio e, ajustando ainda mais o foco desse olhar, que motivos levaram a adesão pelo software livre como opção tecnológica.

O estudo tem como questão central: O que um movimento tão ligado as questões agrárias e agrícolas pode ter em comum com o software livre? Como o acesso às tecnologias pode potencializar as demandas que a reforma agrária desencadeia? Por que o software livre como opção tecnológica? Mais que isso: de que forma surge a necessidade de consumo de tecnologia e quais processos se inter-relacionam nessa caminhada? Ambos os Movimentos protagonizam uma nova forma de organização da sociedade, trazem em seu discurso um forte questionamento em relação às questões ligadas à propriedade de bens materiais e intelectuais e acreditam que as desigualdades podem ser amenizadas também através da distribuição igualitária de oportunidades de acesso à educação, ao trabalho, serviços e geração de renda. Constata-se que a maioria destes serviços estão migrando para o meio eletrônico, passam a preconizar mudanças na forma de distribuição e organização do acesso as TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação.

O capítulo um espelha o contexto de desigualdades sociais em políticas atreladas desde muito à forma de desenvolvimento adotado no país. O quadro de desigualdade está relacionado aos níveis de educação e renda da população. Nos Movimentos, a educação tem recebido destaque nunca antes visto como política de inclusão social e possibilidade de melhoria nos níveis de qualidade de vida da população, portanto, ela passa a ser uma produção particularmente importante, vital. Como a educação está fortemente atravessada por artefatos tecnológicos, também os Movimentos passam a requerer sua participação no meio eletrônico, na rede mundial de computadores. Esse desejo desencadeia múltiplos processos.

No capítulo dois, fizemos uma breve análise dos lemas adotados por ocasião dos Congressos Nacionais do MST que se realizam a cada quatro anos. Relata

também como a Internet passou a ser a nova via de (re)articulação e organização dos Movimentos Sociais. Tomando por base autores como Pierre Lévy e Manuel Castells, procuramos compreender como acontece a apropriação das potencialidades que a rede mundial permite, pelo viés dos Movimentos Sociais. Também ponderamos sobre as correlações que existem entre os chamados excluídos sociais e os excluídos digitais.

O capítulo três é de caráter autoral e pretende dar a conhecer um pouco da trajetória pessoal e profissional da autora, no período em que atuou na regional de Jóia, no período de 1998-2003. O capítulo retrata a transformação social que ocorreu na Fazenda Ceres, da geografia do lugar à vida das pessoas que passam a ter ali seu local de reprodução da vida. Das anotações de diário de campo, saíram algumas das histórias relatadas e das atividades cotidianas brotaram as inquietações que implicaram a busca pelo Mestrado em Educação como forma de exercício de pesquisa.

Como metodologia de pesquisa optamos pelo método da Pesquisa Participante que “se situa entre as correntes das ciências sociais que rejeitam a chamada neutralidade científica e partem do princípio de que a investigação deve servir a determinados setores sociais, buscando uma resposta coerente que permita, por um lado, socializar o conhecimento e, por outro, democratizar os processos de investigação e educação” (GIANOTTEMN; WITT, 1984). Esse método nos propicia realizar pesquisa científica ao mesmo tempo em que interagimos com o objeto a ser pesquisado, permitindo ainda “adaptar em cada caso o processo às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sócio-político, os objetivos perseguidos, etc.) (LE BOTERJ, 1984). A possibilidade de dialogar com os Movimentos em foco na dissertação foi essencial para a coleta das

informações e elaboração das questões que serão discutidas. Finalmente, Hall (1981) corrobora a opção por esse método ao assegurar que “a pesquisa participante é descrita de modo mais comum como uma atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação” (DEMO, 1984) adequando-se perfeitamente ao propósito da autora.

A educação ganha importância na era da globalização pela necessidade de rever valores, conceitos, relações sociais e também porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimento e informação. Entretanto a diferença entre hoje e ontem não é apenas o aumento da demanda, mas também a qualidade e o tipo de educação a ser oferecida.

Vivemos um momento de desigualdade e exclusão social, vivenciamos também um momento de ação transformadora dos movimentos sociais que acontece em paralelo aos avanços do capitalismo, numa dinâmica conflituosa. Essa tensão está se transformando no eixo norteador de várias ações políticas e, entre tantos temas emergentes, a educação tem recebido destaque nunca antes visto nos discursos em prol da necessidade de melhorias nos índices de qualidade de vida da população.

A educação, para (LUCKESI, 1994) ” é um típico ‘que fazer’ humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta com um fim em si mesma, mas como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que a fundamentem e orientem os seus caminhos”. Os Movimentos Sociais têm apontado o acesso à educação, e à educação de qualidade, como etapa prioritária na superação das desigualdades, pois o Brasil, ao mesmo tempo em que está entre os 10% mais ricos, integra a metade mais pobre dos países em desenvolvimento, sendo um dos primeiros do mundo em desigualdade social. Aqui, 1% dos mais ricos se apropria do mesmo valor que os 50% mais pobres. Há no País 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e destas, 24,7 milhões vivem em extrema pobreza (IBGE, 2003). A renda média brasileira é seis vezes maior que o valor

definido como linha de indigência. Ou seja, se a renda brasileira fosse igualmente distribuída, estaria garantida a cada pessoa seis vezes aquilo de que necessita para se alimentar.

Além da distribuição da renda, outro importante indicador dos níveis de desigualdade é a educação. Uma pessoa com mais anos de estudo ganha cerca de 15 vezes o que ganha uma pessoa sem nenhuma educação. As crianças vêm de famílias em que os pais apresentam enorme diferença educacional, e esta diferença é transmitida desde o berço, gerando uma acentuada desigualdade, reproduzida pelo sistema educacional e ampliada por um mercado de trabalho altamente tecnológico. Por ser tão escassa, a educação é super valorizada no mercado de trabalho. Pequenas diferenças educacionais são transformadas em enormes diferenças de renda. As diferenças de renda, por sua vez, são transformadas em lugares de segregação, um paradoxo.

Nos Movimentos Sociais há uma preocupação crescente com a educação como atestam Caldart (2000) e Arroyo (2001). As Escolas Itinerantes¹ acompanham as ocupações de terras pelo país afora e a Pedagogia da Terra, que nasceu na ocupação, consolida-se nos assentamentos conquistados, fazendo do movimento político da luta pela terra um movimento político, igualmente, pelo acesso à educação para todos. Aprende-se lutando e luta-se para aprender, numa dinâmica cada vez mais acelerada e mais vital para os Movimentos, que enfrentam os latifúndios e a concentração de tudo na sociedade brasileira.

¹ Educação e formação de crianças, jovens e adultos sempre foram princípios básicos no Movimento. Por isso há 10 anos, surgiram as Escolas Itinerantes dentro de acampamentos e assentamentos. A necessidade apareceu, devido ao grande número de despejos de acampados. Isso fazia com que os educandos do MST precisassem trocar de escolas constantemente e até mesmo, perdessem o ano letivo. As Escolas Itinerantes são construídas de lona ou madeira e acompanham o aluno e aluna onde eles estiverem (MST, 2006).

Os Movimentos Sociais percebem que uma das principais mazelas da sociedade, a desigualdade social, também se manifesta de forma perversa no sistema educacional, portanto, as mudanças que almejam na estrutura social, devem passar necessariamente por mudanças no sistema de educação. Esta, por sua vez, precisa servir de suporte às mudanças propostas, num ciclo que se fecha, mas não se extingue em si mesmo. Pelo contrário, amplia-se até: entra em cena um componente fundamental que é o acesso às redes das tecnologias de informação e comunicação que constituem e dão forma o meio eletrônico, a Internet. Para Castells (1999) a educação passa a ter um papel crucial na chamada sociedade tecnológica.

A educação passa a ser então uma produção particularmente importante, estratégica para os movimentos contemporâneos, quando estes percebem que esta pode potencializar suas lutas mais imediatas com o acesso a terra, trabalho e moradia e também lutas mais amplas como a necessidade de uma maior inserção social e de acesso aos frutos do trabalho coletivo conforme afirma João Pedro Stédile, um dos líderes do MST: “existe a compreensão de que o MST deve lutar contra 3 cercas: a do latifúndio, do capital e da ignorância, esta última não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas no sentido de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas.” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 75). O conhecimento hoje é a principal moeda de troca na grande disputa na sociedade contemporânea, e os movimentos sociais parecem estar requerendo sua parcela de participação nesse processo. Como conhecimento implica acesso a informações, está posta a área de conflito: o meio eletrônico. E o setor de Educação é uma das primeiras instâncias do MST a ocupar este latifúndio.

Para entendermos melhor como o acesso à educação e as tecnologias pode potencializar as lutas do MST, é necessário perceber na história desse movimento como essa constatação acontece: o MST tão logo é fundado, estrutura-se em setores. Os principais são: Educação, Produção, Gênero, Frente de Massa, Finanças, Comunicação e Projetos Nacionais. O Setor de Educação foi constituído em 1987, com o objetivo maior de tratar das questões do direito à educação dos Sem Terra. Este setor está organizado nos 23 Estados onde o MST atua, conforme informações colhidas no *site* do MST (FERNANDES, 1997).

A trajetória do Setor de Educação reflete os desdobramentos das necessidades que foram acontecendo ao longo da trajetória do MST, conforme nos registra Stédile (1999, p. 255)

(...) das crianças ainda sem escola à escolarização, as demandas do ensino fundamental (1º grau), a qualificação técnica, em nível do ensino médio, para os jovens nas áreas de produção e administração; a formação de professores para trabalharem com a população acampada/assentada; a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos e a formação de educadores para atender estas demandas; e a implementação do Curso Superior de Pedagogia para atender a crescente demanda de profissionalização dos jovens na área da educação.

Ou seja, a educação é um dos processos básicos sobre o qual se constrói e se estrutura o MST. Atualmente, está acontecendo um grande esforço para incorporar as possibilidades do meio eletrônico nas propostas pelo Setor de Educação, como podemos observar através do Projeto de Inclusão Digital do MST disponível na Internet. Lévy (1999) nos alerta que a interconexão entre os indivíduos favorece os processos de inteligência coletiva, principalmente entre as comunidades que se conectam via meio eletrônico.

Na prática o Setor de Educação já atua em bem mais frentes do que aquela para a qual ele foi originalmente criado, e também as práticas de educação vão bem

além desta. A forma de desenvolver a educação encabeçada pelo Setor de Educação rendeu ao MST vários prêmios de reconhecimento, entre eles: Prêmio Educação e Participação do Itaú&Unicef, “Por uma escola de qualidade no meio rural”, dezembro 1995, concedido pela Unicef; Prêmio Alceu Amoroso Lima de Direitos Humanos em agosto de 1999, concedido pela Fundação Alceu Amoroso Lima; Prêmio Pena Libertária pela Escola Itinerante, em outubro de 1999, concedido pelo SINPRO/RS; Prêmio Itaú&Unicef – “Por uma Educação Básica do Campo”, em novembro 1999, concedido Unicef; Prêmio Pena Libertária, "Educação no RS 2000", foi concedido para a Escola Josué de Castro - do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, Outubro de 2000. Seu grande mérito foi a capacidade de unificar um projeto onde todas as pessoas envolvidas são chamadas a discutir e a contribuir, cada qual dentro de suas possibilidades, desenvolvendo uma “pedagogia que incentive a aprendizagem personalizada a partir do interesse de cada um e ao mesmo tempo viabilize e aprendizagem coletiva, aprendizagem em rede e pela rede ” (SILVEIRA, 2003, p. 28). Certamente existem muitos conceitos ainda sendo elaborados e revistos dentro da organização. Pretendemos nos ater aqui para frente nos processos que envolvem o uso das TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação.

1.1 Técnicas e Tecnologias

Pierre Lévy (1999, p. 23), nos alerta que “as técnicas carregam consigo projetos, implicações sociais e culturais bastante variados, sua presença em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos”. Desde a descoberta do fogo, depois a roda, as grandes navegações,

passando pela Revolução Industrial e até agora, o homem tem se utilizado da descoberta de novas técnicas para definir a hierarquia da sociedade, de tal forma que não possuir acesso às tecnologias da informação hoje, pode representar um veto cognitivo ao cidadão, levando a mais um tipo de exclusão, a exclusão digital, e, por fim, ao isolamento (SORJ, 2003). Talvez o grande desafio ante as novas tecnologias é conseguir que estas venham beneficiar uma parcela maior da população, diferentemente do que vem acontecendo até agora, para que ela possa ser apontada como uma importante aliada no combate a pobreza e a exclusão social.

1.2 Migrando para a Internet

A Internet é a mais nova via de (re)articulação e organização dos movimentos sociais. Estes elaboram estratégias para estarem presentes no meio eletrônico, porta-voz desta era. Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais buscam essa visibilidade midiática como maneira de pressionar governos, partidos políticos e o mercado em relação à agenda social global. Ao mesmo tempo em que conseguem fazer pressão social, projetam-se no espaço social e ganham visibilidade nesse campo de disputas cada vez mais acirradas.

A Internet passou a ser incorporada pelos Movimentos Sociais, principalmente a partir dos anos 90. Uma das grandes benesses dessa incorporação são as múltiplas possibilidades de formação de redes que se estabelecem. As redes virtuais, não importam se são de amizade, trabalho ou áreas de interesse, possibilitam verdadeiras redes sociais. Estar no meio eletrônico também pode significar a oportunidade de definir-se por seu próprio discurso, de apresentar-se a

pessoas/grupos, que talvez, de outra forma, não teriam a oportunidade de conhecer melhor o MST definido por ele próprio.

O *site* do MST foi criado no ano de 1996 (ORRICO, 2004) por definição da Coordenação Nacional do Movimento e representou um importante salto de qualidade em termos de divulgação e comunicação. No início, ele estava disponível somente em Português, hoje já pode ser lido em pelo menos seis idiomas diferentes.

Para Castells (1999, p. 497/499) as redes representam uma nova morfologia da sociedade, estas levam à formação de comunidades *on-line* que tem o poder de reivindicar a sociedade. O autor frisa que ela pode ser considerada como a mola propulsora para o que ele convencionou chamar de “sociedade em rede”.

Também Lévy (1999, p.167) aponta de que forma o meio eletrônico preconiza ações e posicionamentos na vida real:

O ciberespaço, interconexão dos computadores do planeta, tende a tornar-se a principal infra-estrutura de produção, transação e gerenciamento econômicos. Será em breve o principal equipamento coletivo internacional de memória, pensamento e comunicação. Em resumo, em algumas dezenas de anos, o ciberespaço, suas comunidades virtuais, suas reservas de imagens, suas simulações interativas, sua irresistível proliferação de textos e de signos, será o mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade. Com esse novo suporte de informação e de comunicação emergem gêneros de conhecimento inusitados, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, novos atores na produção e tratamento dos conhecimentos. Qualquer política de educação terá que levar isso em conta.

Dito de outro modo, as ações presentes no campo midiático se constituem extensão das ações praticadas no campo geográfico, já que os "dois mundos" não são estanques, mas contíguos, exatamente como foi afirmado por Lévy (1999) e Castells (1999). Hoje, em nosso país, Movimento Sociais aparentemente distintos se entrelaçam num grande espiral, para transformar a condição de excluídos sociais em oportunidades concretas de melhoria das condições de vida e de exercício de

cidadania, preconizam isso na forma como estabelecem relações entre o acesso ao conhecimento e as tecnologias.

No Brasil, o MST foi um dos pioneiros na utilização da Internet entre os Movimentos Sociais (ORRICO, 2004). É interessante observar o quanto à projeção no meio eletrônico, na Internet, agregou forças e ajudou a expandir o Movimento. Infelizmente, essa possibilidade de comunicação ainda não é realidade para a imensa maioria dos militantes de seus quadros, nem tampouco para as escolas dos acampamentos e/ou assentamentos. A verdade é que muitas delas não possuem sequer energia elétrica, quiçá computadores e/ou linhas telefônicas.

1.3 Intencionalidades

As possibilidades que a comunicação através da Internet incorporam à dinâmica dos Movimentos Sociais é algo que merece estudos mais aprofundados. Muito provavelmente nada disso foi imaginado na década de 90, tão certo quanto não imaginamos hoje pensar na organização desses grupos sem o apoio da comunicação mediada por computador. A Internet permite que, pela primeira vez na história da humanidade, milhões de pessoas possam se comunicar instantaneamente e com relativa facilidade. Thompson (1995) nos lembra que “distâncias foram eclipsadas pela proliferação de redes de comunicação eletrônica. Indivíduos podem interagir uns com os outros, ou podem agir dentro de estruturas de quase-interação mediada, mesmo que estejam situados, em termos de contextos práticos e vida cotidiana, em diferentes partes do mundo”. O que foi concebido como privado e restrito a atividades militares é hoje pauta de reivindicação de amplos segmentos sociais.

Mas não só o MST tem como característica o fato de perceber na rede mundial de computadores uma forma de chamar atenção para suas demandas. Muitos outros Movimentos também o fizeram e ainda fazem. Maria da Glória Gohn (1997), nos chama atenção para Movimentos latino-americanos que se utilizaram dessa estratégia. Nos anos 90, segundo a autora, ONGs passam a ter infra-estruturas próprias e a contar com microcomputadores e redes de Internet. Esta mídia configurou-se como grande aliada dos Movimentos Sociais. Também no caso de Seattle, em novembro de 1999, quando os Movimentos levaram ao fracasso a “Rodada do Milênio” realizada pela Organização Mundial do Comércio. Naquele momento, dois instrumentos amplamente utilizados foram celulares e a Internet. A mídia eletrônica também foi estratégia para os guerrilheiros Zapatistas, de Chiapas, no México, que lutavam contra as condições impostas ao seu país pelo Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA²). Eles utilizaram a mídia Internet para divulgar suas idéias, o que causou um movimento internacional de opinião pública obrigando o presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, a declarar o cessar fogo e negociar (CASTELLS, 1999). Estes são alguns exemplos de momentos onde os Movimentos Sociais, encontram na tecnologia uma ferramenta de luta, no sentido de que ela não serve para interromper, trancar, travar um processo, mas sim para propor novos fluxos, novas possibilidades de movimentação, e isso pode ser profundamente pedagógico. Ainda segundo Gohn (1997, p. 37) “os recursos tecnológicos são as grandes armas estratégicas utilizadas na organização e

² O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement) ou NAFTA, é um tratado envolvendo Canadá, México e Estados Unidos da América numa atmosfera de livre comércio, com custo reduzido para troca de mercadorias entre os três países. O NAFTA entrou em efeito em 1º de janeiro de 1994. O atual NAFTA entrou em vigor em 1994, com um prazo de 15 anos para a total eliminação das barreiras alfandegárias entre os três países, estando aberto a todos os Estados da América Central e do Sul (ENCARTA, 2003).

mobilização do movimento. A Internet tem sido o principal instrumento de comunicação na elaboração de suas agendas”.

1.4 Tecnologias para Inclusão ou Exclusão: depende do que se quer

Surge cada vez com mais força, no contexto das organizações da sociedade civil, a idéia de levar a tecnologia digital ao alcance de amplas parcelas da sociedade, inclusive dos Movimentos. Geralmente desenvolvidas através de cursos para pessoas de baixa renda, essas iniciativas se fizeram conhecidas pelo nome de inclusão digital, sendo pensadas e implementadas diante da constatação de uma desigualdade social e econômica que será agravada se não contemplar uma parcela significativa da sociedade no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação. Para REBELO(2005) a inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. Essas iniciativas propiciam, na medida de suas possibilidades, a diminuição das disparidades sociais entre aqueles que têm acesso à tecnologia e aqueles que passam a ter acesso não só à informática, mas também à Internet.

Na chamada era da informação e do conhecimento, garantir o acesso da população à informática pode ser visto como uma ferramenta tão essencial ao desenvolvimento humano como o acesso à educação, à saúde e aos demais direitos humanos. O brasileiro, no entanto, está ainda muito longe desta realidade. A média nacional de acesso a computadores segundo IBGE (2003) é de 12%, e apenas 8% da população têm acesso à Internet. Segundo o Mapa da Exclusão Digital, publicado em 2003 pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, as menores taxas de acesso são encontradas nos estados mais pobres, como Maranhão e Piauí,

ou de ocupação recente, como o Tocantins. Os domicílios com altos percentuais de acesso digital estão, em sua maioria no sudeste urbano, principalmente na região metropolitana de São Paulo (31,10%). Dos chamados incluídos digitais, 97,24% encontram-se em áreas urbanizadas.

É para diminuir este déficit digital, que contribui para a perpetuação e aumento da exclusão social no Brasil, que centenas de programas de inclusão digital nasceram e se proliferaram no país, pela iniciativa do poder público e, principalmente, da sociedade civil. A imensa maioria deles, no entanto, ainda é focada na simples oferta de computadores e Internet à população carente, sem que conforme Silveira (2003, p. 29), “se reflita sobre esse espaço de saber flutuante, contínuo e permanentemente renovável”.

1.5 Exclusão Digital

Para Lévy (1999, p. 238),

não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.

Este autor ao referir-se às críticas atribuídas à exclusão promovida pela Cibercultura, relembra que todo avanço nos sistemas de comunicações, acaba fabricando os seus excluídos. Foi assim desde a escrita, a impressão, o telefone e a televisão e o fato de existirem pessoas analfabetas e sem telefone não nos leva a condenar a escrita e as telecomunicações, mas sim a investirmos mais em educação e na ampliação das redes telefônicas. No caso da informática, a preocupação em promover uma integração dos que ainda não fazem parte deste universo, assume

proporções jamais vistas com os outros meios, mesmo sabendo-se que a taxa de crescimento das conexões com o ciberespaço, por exemplo, “demonstra uma velocidade de apropriação social superior à de todos os sistemas anteriores de comunicação” (LÉVY, 1999, p. 236). Por que então esta crescente preocupação de setores da sociedade e de órgãos públicos e institucionais em se promover o acesso aos computadores? O principal fator talvez seja o fato de a exclusão digital reduzir, por exemplo, as chances de um desempregado ser galgado a um posto de trabalho sem ter um *e-mail* para contatos ou sem ter acesso aos *sites* de empresas. Torna-se necessário entender que são processos diferentes em questão mas um não exclui o outro, pelo contrário, enquanto acontecem esforços generosos pela inclusão digital, a exclusão continua avançando, por vezes sob a forma de produtos *high tech*.

Para Pochmann (2003, p.15)

falar em exclusão remete o pensamento instantaneamente para a idéia de desigualdade. (...) A desigualdade de renda, de oportunidade de trabalho, de acesso a saúde, à renda, à justiça, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança, à escola e cidadania política constituem, cada uma delas, faces de um única questão abrangente que, quando estudada em conjunto e focada sobre os que estão despojados desses direitos, costuma-se chamar-se de exclusão

Considerando que serviços essenciais, bens, oportunidades de trabalho e geração de renda são serviços que estão cada vez mais migrando para o meio eletrônico, e que as possibilidades de acesso a este meio estão restritas a pequenas parcelas da população, podemos identificar a exclusão digital como mais uma face da exclusão social. Uma não implica a outra, como já dissemos. Ambas estão fortemente relacionadas. A revolução que a tecnologia traz pode aumentar exponencialmente as diferenças sociais, consolidar desigualdades e até elevá-las, pois aprofunda o distanciamento cognitivo entre aqueles que já convivem com ela e os que dela estão apartados.

Os excluídos digitais integram boa parte do grupo dos excluídos sociais, não só porque estes não possuem um computador, uma linha telefônica e um provedor de acesso a Internet, mas porque também não possuem acesso à rede de água tratada, energia elétrica, coleta de lixo, entre outros serviços sociais básicos, essenciais à vida. Onde estes serviços não chegam, muito provavelmente a rede mundial de computadores também não compareça. Sob este aspecto, SORJ (2003) entende que a luta contra a exclusão digital é uma das dimensões da luta contra a pobreza e a desigualdade social, pois o espaço virtual estará reproduzindo a exclusão social e todas suas mazelas, como desemprego, violência e marginalidade. O risco da exclusão social via exclusão digital, parece-nos enorme.

1.6 Inclusão Digital

Falar em inclusão digital³ num período de desigualdade social crescente, requer minimamente uma maior reflexão sobre determinados aspectos da exclusão social. Esta é certamente fruto de problemas sociais antigos e esteve por muito tempo relegada a segundo plano no campo das políticas sociais dos governos.

A “Inclusão Digital” é uma idéia/conceito que emerge no contexto dos Programas Sociedade da Informação, configurando-se como uma das idéias-chave que perpassam projetos e ações nos mais diferentes âmbitos sociais. Incluir da perspectiva tecnológica envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os

³ Segundo Rebelo (2005) inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo “digital divide”, que em inglês significa algo como “divisória digital”. Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas. Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. Como fazer isso? Não apenas ensinando o bê-á-bá do informatiquês, mas mostrando como ela pode ganhar dinheiro e melhorar de vida com ajuda daquele monstro de bits e bytes que de vez em quando trava.

comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas ampliar a capacidade de influir sobre a tecnologia digital, e interferir nos processos que lhe são inerentes. Os Movimentos Sociais embora estejam ingressando nessa discussão, já mostram sinais claros de que é preciso pensar também as opções tecnológicas que envolvem o contato com o mundo eletrônico.

Há que se esclarecer melhor o que se quer dizer a respeito da inclusão digital, para eliminar a idéia de que pessoas a frente de computadores resolvem todos os problemas do mundo. Canclini (2005, p. 98) é enfático ao afirmar que

(...) um trabalho crítico sobre as contradições do modelo inclusão/exclusão torna visíveis várias limitações de reduzir as relações sociais a problemas gerados pela conectividade. As diferenças e desigualdades – as geradas pelo sistema de conexões e as preexistentes - ressurgem quando tratamos de entender as condições em que temos acesso ou somos excluídos das redes.

E mais ainda, para ele o acesso cada vez mais intensivo e veloz às redes pode ser “fonte de novas formas de exploração e novas tensões existenciais” (BOLTANSKI; CHIAPELLO apud CANCLINI, 2005, p. 98). O excesso de informações e conexões podem ser tão paralisante quanto a carência.

Segundo Silveira (2003, p. 35)

um divisor crescente entre os projetos de inclusão digital girará em torno das opções tecnológicas, proprietárias subordinadas aos monopólios do localismo globalizante (Souza Santos) versus as soluções não proprietárias, livres, desenvolvidas de modo compartilhado por coletivos inteligentes e dispersos pelo planeta.

Nesse sentido se estabelece uma forte afinidade entre os Movimentos Sociais e o que é proposto e experienciado pelo software livre. Ambos defendem que se é necessário romper com o sistema econômico que adota padrões de vida e

de consumo baseados em produtos que vem de for do país, também é necessário romper com o padrão de consumo de tecnologia, que privilegia grandes empresas produtoras de software espalhadas pelo planeta. Os *royalties*⁴, que são valores pagos à empresa proprietária dos programas para que outras empresas e pessoas possam utilizá-los, poderiam ser aplicados em educação e em tecnologia mais viável economicamente, como no caso da opção por software livre. Essa parece ser a preocupação dos Movimentos Sociais em relação à opção tecnológica para viabilizarem suas demandas: apostam numa tecnologia baseada no compartilhamento de informações e na possibilidade de adaptá-las a necessidades específicas, também por ser o software livre uma construção coletiva, com forte cunho de solidariedade e cooperação entre seus desenvolvedores. Para além dessas constatações, existem questões mais profundas como as ligadas ao coletivo e da liberdade, melhor exploradas no capítulo dois.

1.7 Quem é o Excluído Digital?

A falta de clareza sobre o que é exclusão digital e quem é o excluído pode causar equívocos semelhantes ao que ocorreu no caso do analfabetismo no Brasil. Em princípio, a classificação genérica definia o analfabeto simplesmente como aquele que não aprendeu a “decifrar” os códigos da escrita. Diante do desafio de superar esta situação, políticas públicas direcionaram grandes investimentos para

⁴ *Royalties* é o pagamento de qualquer natureza pela exploração, uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica (inclusive os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou radiodifusão), de uma patente, marca de indústria ou de comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processos secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico ou por informações correspondentes à experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico (ENCARTA, 2003).

que mais e mais pessoas simplesmente aprendessem a “formar palavras” ou ler isoladamente cada vocábulo. Mais tarde, estudiosos da questão perceberam que este esforço pouco adiantou, pois gerou os “analfabetos funcionais”, ou seja, pessoas que sabem ler mas não são capazes de interpretar as diversas mensagens. Nesses casos, o processo de comunicação pela escrita não estava se efetivando nesses casos.

Já existe até um dispositivo específico para medir os números das conexões: o CDI – Comitê para a Democratização da Informática, organização não governamental e sem fins lucrativos, que tem como missão institucional “promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção da cidadania” (CDI, [s/d]), tenta suprir a carência de políticas públicas mais sérias para inclusão digital. Nesse *site* existe um dispositivo chamado Relógio da Inclusão Digital, que marca o número de brasileiros com acesso a computador em seus domicílios. Ele resume as interações entre a estimativa contida no relógio populacional do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com as projeções de crescimento da taxa de acesso a computadores. Estas estimativas foram obtidas a partir do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio de 2001 de acordo com cálculos e concepção do Centro de Políticas Sociais da FGV - Fundação Getúlio Vargas. A medida da exclusão digital sempre vai ser muito difícil de ser estabelecida, mas a direção do esforço em favor da inclusão, apontar para a educação como ponto de partida.

1.8 Educação e Tecnologia

Possibilitar o acesso às tecnologias da comunicação e informação visando a integração dos indivíduos à sociedade pode ser um meio viável para minimização de muitos dos problemas sociais. De que forma isso acontece? Porque nesse esforço se mesclam esses dois movimentos? A chamada inclusão, nesse caso, não é um mero provimento da infraestrutura de acesso, mas todo um trabalho de orientação que apenas começa quando as máquinas passam a estar disponíveis. Essa orientação deve preparar e motivar os usuários para o uso das potencialidades das tecnologias de comunicação pertinentes ao contexto da Internet.

Neste contexto, a educação assume posição de carro-chefe, pois a demanda crescente por tecnologia, implica a necessidade de formação de pessoas com habilidades específicas, com desejo de aprender trabalhar com tecnologia. A página do MST é desenvolvida em software livre. O que isso significa? Significa que ao mesmo passo em que o MST busca ocupar espaço no mundo virtual, se fazer presente nele para quem o quiser ver, o software livre busca ocupar espaços no mundo real, fincar estacas em terra fértil, para quem dele quiser fazer uso. Dois elos perfeitos de uma enorme rede, ambos se encaixam, se completam, no palco da rede mundial de computadores. Estar na Internet, ocupar um espaço nesse mundo de cercas invisíveis, que separam drasticamente o que é público do que é privado, por si só já é uma ousadia, uma grande ousadia, pois há pouco tempo, essa possibilidade não era sequer imaginada.

1.9 O MST e a Internet

Segundo Lévy (1999) e mais ponderadamente Castells (1999) a Internet se apresenta como ferramenta potencial de uso democrático por diversos segmentos

da sociedade, inclusive os Movimentos Sociais. Esta não como um grande mercado global, mas o ciberespaço como possibilidade de espaço democrático, como um amplo canal aberto de comunicação com a sociedade.

Em outras palavras, as ações presentes no campo midiático se constituem extensão das ações praticadas no campo geográfico, já que os "dois mundos" não são estanques, mas contíguos, exatamente como foi afirmado por Lévy (1999) e Castells (1999). Hoje, em nosso país, Movimento Sociais aparentemente distintos se entrelaçam num grande espiral, para transformar a condição de excluídos sociais em oportunidades concretas de melhoria das condições de vida e de exercício de cidadania, preconizam isso na forma como estabelecem relações entre o acesso ao conhecimento e as tecnologias. Mais que uma rede de comunicação de resistência, a Internet pode oferecer ferramentas para ser ela a própria resistência.

1.10 Redes de Movimentos Sociais: Lugares de Integração?

Entre as diversas significações que a palavra rede (SOUZA,2004) vem adquirindo, tem servido ao propósito dessa dissertação as seguintes: sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com as tramas de um tecido, uma rede. A rede social, derivada deste conceito, passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados.

A partir dessa idéia de intersecção, se estabelecem conexões entre redes de Movimentos Sociais, são elos que se conectam por elementos distintos ao mesmo

tempo que comuns. Nessa lógica, os Movimentos Sociais passam a utilizar cada vez mais dos meios de comunicação eletrônicos para ampliar suas bases:

Como o campo da mídia, na sociedade contemporânea, detém de modo crescente o poder de conferir ou negar existência social, publicizando ou silenciando acontecimentos e atores, seu espaço virtual transforma-se em uma das arenas essenciais da luta política na atualidade. As estratégias elaboradas para este embate midiático tornara-se assim imprescindíveis (RUBIM, 2002)

Para conectar uma rede a outra, um movimento a outro é preciso que haja uma boa rede de relacionamentos humanos, de gente disposta a esse ligamento, a essa conectividade. Nesse aspecto, Movimentos Sociais e o Movimento do Software Livre têm mostrado essencialmente a mesma gênese: originam-se de grupos com fortes afinidades ideológicas e com uma grande determinação de construir um modelo diferente de organização social. Pretendem romper com uma estrutura engessada que parecia não oferecer possibilidades, a não ser seguir como consumidores de produtos e tecnologias até sempre.

Observamos que as redes de Movimentos Sociais utilizam-se da possibilidade que oferecem as redes tecnológicas (troca horizontal de informação) para fortalecerem suas estratégias de conquista de espaço na sociedade. Atualmente, muitas redes de movimentos estão surgindo estimulados pelas redes informacionais e a partir de seu *lócus*. “Dialogicamente, o território, “o mar” das redes eletrônicas, está encontrando novos marinheiros que começam a navegá-la” (SOUZA, 2004, p. 11). As redes, portanto, representam um salto qualitativo e quantitativo na criação de oportunidades de educação, emprego e renda e de investimento em número cada vez mais expressivo de cadeias produtivas.

1.11 Software Livre Aplicado a Redes Solidárias

A economia solidária, segundo Laville citado por Lechat (2002) possui uma lógica distinta da lógica do mercado capitalista e do Estado, e caracteriza-se pela valorização dos laços sociais e adoção de formas comunitárias de propriedade, onde as dimensões econômica, social e política são essencialmente articuladas. Os empreendimentos solidários que parecem mais promissores como alternativa viável para a economia popular, reúnem características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária.

Para termos uma sociedade mais justa e sem tantas desigualdades e exclusão social entre seus pares, é preciso que a competição dê lugar à solidariedade. O conceito de economia solidária tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Ela, a economia solidária, é umas das cadeias que atua sob a forma de rede e que acabou de adotar o software livre por compartilhar princípios importantes.

A economia solidária surgiu logo após a ascensão do capitalismo industrial, em reação ao empobrecimento da população trabalhadora e das péssimas condições de trabalho encontradas naquela época, portanto, ela tem na sua origem uma forte crítica ao capitalismo (SINGER, 2002). Esta forma de organização da economia tem se fortalecido através das redes de troca de produtos e serviços que muitas vezes começam a se articular através das informações que circulam na Internet.

A integração entre os movimentos do software livre e de economia solidária surge como uma tendência promissora para ambos, na medida em que os empreendimentos econômicos solidários passam a se fortalecer pela utilização cada

vez maior das tecnologias livres (particularmente no campo da Tecnologia da Informação) e profissionais que atuam na área do software livre começam a se organizar em empreendimentos econômicos solidários. Estes fornecem produtos, serviços e suporte em tecnologia da informação ao conjunto de organizações da economia solidária, como podemos observar na página do Fórum Brasileiro De Economia Solidária - FBES (<http://www.fbes.org>)⁵ que é toda desenvolvida em software livre e serve de canal para divulgação das atividades onde os dois temas aparecem em foco.

Essa sinergia está permitindo a consolidação de alguns avanços ligados a ambos os Movimentos, bem como está desencadeando novas oportunidades de crescimento e expansão nesse setor, uma vez que a economia solidária está sendo - aos poucos - beneficiada com tecnologias adequadas para aprimorar o funcionamento de suas redes colaborativas, facilitando os fluxos de produção, comercialização e consumo solidários; e, por outro lado, iniciativas empresariais solidárias na área de desenvolvimento, produção e difusão de softwares livres começam a se propagar no atendimento às demandas de tecnologia da informação peculiares a essas redes e empreendimentos de Economia Solidária (AGUIAR, 2006)

De acordo com Castells (1999), funções e processos dominantes na atual era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. De acordo com o autor, somos uma sociedade em que o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder: a velocidade das transformações facilita processos de inovação e

⁵ Criado em 2001 para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I FSM, O Grupo de Trabalho Brasileiro de ES (GTBrasileiro) constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais (FBES)

possibilita que empresas e indivíduos atinjam altos níveis de sinergia e flexibilidade.

É importante destacar que redes solidárias existem há muito tempo. Embora elas “...possam existir perfeitamente sem recorrer à informática, valer-se de tal recurso facilita enormemente a organização e a expansão das redes” (MANCE, 1999, p. 68). As TIC’s potencializam sobremaneira as redes em função de que “sem um adequado sistema de gerenciamento da informação, as redes de colaboração solidária não podem se expandir” (MANCE, 1999, p. 69). Posto que toda informação deve circular livremente pela rede, o mesmo deve acontecer com os programas que permitem incorporar tecnologias mais eficientes ao sistema.

1.12 Características dos Movimentos Sociais Face às Novas TICs

Estudos realizados pelo professor e sociólogo Jorge Alberto S. Machado (2005) da Universidade de Campinas apontaram que Movimentos Sociais distintos após incorporarem as possibilidades do meio eletrônico(Internet) assumem características em comum, tais como:

1) Proliferação e ramificação dos coletivos sociais. A rapidez e alcance das novas TIC’s permite uma proliferação das organizações civis e coletivos sociais, assim como uma integração eficiente e estratégica entre as mesmas, baseado principalmente no idealismo e voluntarismo de seus membros, incentivados pela relação custo-benefício bastante favorável, surgem novas formas de alianças e sinergias de alcance global. Como isso, aumentaram enormemente as formas de mobilização, participação, interação, acesso à informação, a provisão de recursos, as afiliações individuais e as ramificações entre os movimentos sociais.

2) Horizontalidade, flexibilidade das redes. As organizações tendem a ser cada vez mais horizontais, menos hierarquizadas, mais flexíveis, com múltiplos nós e conectadas a numerosas micro-redes ou células que podem ser rapidamente ativadas. Como destaca com propriedade Castells (1999), os novos movimentos sociais se caracterizam cada vez mais por "formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede".

3) Existência dinâmica ou segundo os fatos. Possuem grande dinamismo, podem se formar, alcançar certos objetivos, causar impacto e repercussão, expandir-se por razão de um fato político, da mesma forma, podem rapidamente se desmanchar ou desaparecer, conforme a situação.

4) Minimalismo organizacional-material. A sede física se tornou irrelevante; fax, telefone ou endereço postal passam a ser itens secundários. A possibilidade de operação a um custo muito baixo, incentiva a emergência e a associação de novos movimentos sociais.

5) Universalismo e particularismo das causas. Os ideais podem ser universalistas e particularistas. Podem atender a uma ou a um conjunto de aspirações de coletivos sociais bastante pequenos e específicos (e inclusive, geograficamente separados). No entanto, ainda que ligado a uma causa ou tema específico, a luta pode orientar-se cada vez mais com relação a um quadro de lutas mais amplo, que diz respeito a princípios de aceitação universal, como desenvolvimento sustentável, direitos humanos, direito à autodeterminação dos

povos, combate ao racismo e formas de discriminação, democracia, liberdade de expressão, etc.

6) Grande poder de articulação e eficiência. Permite a organização de protestos simultâneos em diferentes cidades e países, assim como a articulação local de vários grupos de manifestantes dispersos. Ao contrário do que erroneamente se possa crer, a convergência de interesses não se dá somente no plano virtual - no espaço dos fluxos, como diria Castells (1999). Ela se materializa também por ações concretas. É o caso, por exemplo das ações do Move On, No Border, Oxfam, Confederation Paysanne, ATACC, grupos Okupa, entre outros. Sua geometria pode ser variável, concentrando e ativando seus nós de diferentes formas e combinando estratégias variáveis.

7) Estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas. As estratégias no espaço dos fluxos, são deslocalizadas, buscam ligar identidades, objetivos, ideologias e visões de mundo compartilhadas. Identidade e solidariedade passam a desempenhar papéis fundamentais para a formação de tais redes. Essa característica se associa ao que Castells chama de identidades de resistência. Segundo ele, a constituição dos sujeitos se daria "sociedades civis em processo de desintegração", em que a identidade seria um elemento de "resistência comunal" (CASTELSS, 1999, p. 25).

8) Multiplicidade de identidades / circulação de militantes. Permite a circulação dos militantes nas redes. Um mesmo ativista pode estar enredado com outras causas, com outros atores coletivos, pode militar em vários movimentos e,

inclusive, transmitir suas reivindicações nas diferentes redes em que participa (através de suas conexões identitárias), como a união de seus membros pode ser apenas específica ou pontual, não é incomum a participação de um mesmo indivíduo em diferentes movimentos sociais, compartilhando um interesse com pessoas que, em outras dimensões da vida social, tem aspirações, valores e crenças bem diferentes. Para Giddens citado por Castells (1999), a auto-identidade é uma característica fundamental do que chama "modernidade tardia". Em um cenário de crescente interconexão entre a intencionalidade com a "extencionalidade" - capacidade de interação com elementos cada vez mais globais - ao indivíduo é possível negociar uma série de estilos de vida e opções de vida, construindo sua identidade em termos de sua interação dialética com o global. Castells (1999, p. 24) ao falar da construção social da identidade, chama de "identidade de projeto" quando "os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance constroem uma nova identidade". A "identidade de projetos" está relacionada à construção de projetos de vida por prolongamentos da identidade e experiências do indivíduo, que dão espaço ao surgimento de novos sujeitos - que "são o ator social coletivo" (CASTELLS, 1999, p. 26).

9) Identidade difusa. O anonimato e a multiplicidade de identidades potencializam as formas de ativismo, mas também por essa razão é que cada vez é mais difícil tratar de questões identitárias dos movimentos sociais. Os interesses dos indivíduos que os ligam em redes são cada vez mais cruzados, diversos e freqüentemente tênues. Luta-se cada vez mais ao redor de códigos culturais, valores e interesses diversos. Essa luta se dá cada vez menos a partir dos indivíduos e mais sobre a construção de sujeitos sociais. Essa complexidade característica dos

movimentos sociais contemporâneos foi percebida por Melucci (1996). Para este autor, eles têm estruturas cada vez mais difíceis de serem especificadas como ator coletivo, possuindo "formatos cada vez mais indistintos e densidades variáveis" (MELUCCI, 1996, p. 114).

O MST tem sua origem nas lutas concretas que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na região Sul, pela conquista da terra, no final da década de 70. O Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar. O capitalismo nacional não conseguia mais aliviar as contradições existentes no avanço em direção ao campo. A concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em aguda crise. Nesse contexto surgem várias lutas concretas que, aos poucos, se articulam. Dessa articulação se delinea e se estrutura o Movimento Sem Terra, tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta-RS, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro).

É possível entendermos melhor o crescimento do MST sob várias perspectivas, não só a partir do número de pessoas que consegue aglutinar, mas também, e é o que nos interessa agora, pelas novas relações que consegue estabelecer com a sociedade. Faremos o esforço de observar essa expansão a partir dos lemas de suas lutas, com informações do livro "A história da luta pela terra e o MST", do autor Mitsue Morissawa (2001).

Buscamos compreender através da análise de cada lema adotado pelo MST por ocasião dos seus Congressos Nacionais, como ele vem influenciando e sendo influenciado pela sociedade contemporânea em dias de globalização acelerada. Criar, fundar, assumir o MST implica passar por um processo de reformulação da visão de mundo dos atores sociais envolvidos, significa colocar-se no lugar de autoria da sua própria história e isso traz inevitáveis rupturas.

2.1 I Congresso Nacional: 'Terra pra quem nela trabalha' (1985)

Esse lema foi definido por ocasião da fundação do MST, em Curitiba, no estado do Paraná. Nesse momento aparece a preocupação pontual com a questão da terra. O país vivia uma forte crise política e econômica, com altos índices de desemprego e violência, e o crescente êxodo rural vinha agravando a situação nas cidades. No momento em questão, os integrantes do MST percebem a terra como sendo um meio para sua sobrevivência, para quem nela quer trabalhar e se identificam com seus iguais, percebendo em comum a situação de "ser sem terra". Esta percepção de classe "perpassa pela concepção do sentido social da terra, pelo menos como um meio que não pode ser instrumento de manipulação e exploração. Ela é a segurança e a única garantia de sobrevivência da condição de colono" (GEHLEN,1983, p. 164).

O entendimento de que a terra é para quem dela precisa para viver, é, portanto, um elemento de identidade e esse elemento faz surgir uma solidariedade de classe. Para Belato (1999) apud Fabricio (1999) a terra tem sentido de mãe, matriz, geradora. Por isso de luta por terra. Porém terra por si só, não basta, e essa constatação não demora a acontecer no MST.

2.2 II Congresso Nacional do MST: 'Ocupar, Resistir e Produzir' (1990)

Não por acaso, este Congresso e os que seguiram depois, passam a acontecer em Brasília, capital do Brasil e morada do poder constituído. Nesse período da história política do Brasil Fernando Collor assume a presidência do país

e isso representa um retrocesso para os Movimentos Sociais, marca um período de forte repressão aos movimentos populares e aos sindicatos. Nesse momento o MST busca solidificar e ampliar suas bases, numa clara mudança de estratégia política. Se firma como um movimento camponês, mas não só de camponeses, e busca incorporar outros segmentos de trabalhadores, como desempregados, sub-empregados e trabalhadores em situação de risco. Revela seu caráter sindical, pois em certos aspectos a luta pela terra é corporativa e, portanto, sindical. Também revela seu caráter popular, pois nas lutas envolvem-se todas as pessoas e não apenas uma categoria, como, por exemplo, trabalhadores do meio rural. Os objetivos e reivindicações eram típicas de um movimento popular, com caráter político, na medida em que lutavam contra a classe dominante como um todo (latifúndios, banqueiros, burgueses em geral, proprietários de terra) e também contra o Estado, por mudanças sociais (STÉDILE, 1994).

2.3 III Congresso Nacional: 'Reforma Agrária uma luta de Todos' (1995)

Cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não for disputada na cidade dificilmente será vitoriosa. O MST adota definitivamente as marchas como forma de mobilização e passa a alcançar cada vez mais apoios de diferentes segmentos da sociedade como estudantes, ONG's e igrejas. Em 1997, o Movimento organizou a histórica "Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária" com destino a Brasília, com data de chegada em 17 abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 Sem Terra foram assassinados pela polícia no Pará. Integraram essa marcha sem terras, atingidos por barragens, desempregados, partidos políticos de esquerda,

estudantes, sem tetos, donas de casa, professores, simpatizantes, enfim, uma grande massa de segmentos engajados pelos mesmos sentimentos, compartilhando desejos e atitudes, buscando autoria. A não propriedade passa a ser ponto de referência.

A força do não ter, não possuir bens ou propriedades adquire status nunca dantes percebido assim, 'não ter' ao invés de enfraquecer, fortalece o indivíduo e o coletiviza.

2.4 IV Congresso Nacional: 'Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndios' (2000)

A palavra latifúndio⁶, carregada de um forte significado, é usada de forma pejorativa e passa a definir toda e qualquer grande concentração seja ela de terras, bens, serviços ou conhecimento. Há um deslocamento claro do eixo principal, que até agora era a terra, para amplas questões sociais. Começa surgir no discurso dos Movimentos Sociais e aparecer nas suas pautas reivindicatórias, o apelo por mudanças na forma de organização e distribuição do acesso as TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação. A pergunta em questão passa a ser: o que um Movimento tão ligado às questões agrárias e agrícolas pretende com acesso as

⁶ O termo latifúndio deriva do latim *latifundiu*. Na Antigüidade, era o grande domínio privado da aristocracia, já no sentido moderno, é um regime de propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras pertencentes a poucos proprietários com escasso ou inexistente aproveitamento físico destas. Ou seja, os latifúndios são extensas propriedades rurais onde existe uma grande proporção de terras não cultivadas e são exploradas com tecnologia obsoleta e de baixa produtividade (WIKIPÉDIA, 2007).

TIC's? Em que medida o acesso às tecnologias vai melhorar a qualidade de vida dos seus integrantes? De que forma a tecnologia potencializa os Movimentos? Conforme Castells (1999), vivemos em uma sociedade em rede e as redes, embora sempre tenham existido, passam a definir a nova morfologia da sociedade. Isso vale tanto para redes de Movimentos Sociais quanto para redes de informação.

2.5 Ampliando Bases, Avançando Fronteiras

A Internet por permitir a eliminação gradativa de hierarquias, passa a ser fundamental para a expansão dos Movimentos Sociais. Este permite a difusão de códigos importantes como a necessidade de rompimento com monopólios e latifúndios, a busca por autonomia tecnológica, ruptura com a dependência de capital externo, acesso à educação e à educação de qualidade, melhores oportunidades de trabalho e geração de renda, saúde e lazer, entre tantas. O compartilhamento de informações passa a ter papel-chave na construção de estruturas compartilhadas de significado entre os Movimentos Sociais, como parte de sua atividade política, até porque a partir de um determinado tamanho as redes passam a ter dificuldade em cruzar informações, de administrar a complexidade inerente a elas e o meio eletrônico elimina/contorna com essa dificuldade a medida em que elimina distâncias. As redes que se formam a partir da Internet passam a exercer influência simbólica crescente. Também segundo Castells (1999), vivemos em um sistema no qual a própria realidade está imersa num ambiente de imagem virtual, num mundo simulado no qual os símbolos não são apenas metáforas mas incluem a experiência real.

Portanto, Movimentos Sociais como o MST passam a se orientar cada vez mais em torno dos meios de comunicação. Consolida-se a tendência de que a maior parte dos Movimentos, através da Internet, se oriente por valores universais, como direitos humanos, de minorias, liberdade de expressão, preservação ambiental, entre outros, reivindicando as garantias das leis de um Estado democrático - mesmo que seja para transgredi-lo (MACHADO, 2003). Tais valores, por serem cada vez mais aceitos, estabelecem fortes identificações que facilitam a integração no plano axiológico e simbólico dos Movimentos. A partir de tal interpretação, observa-se que da questão inicial ligada à posse da terra e do público rural, acontece uma ampliação das bases sociais, vê-se uma intersecção bastante favorável para que ocorram conexões em redes entre os Movimentos Sociais.

2.6 O Início do Software Livre

A história do software livre inicia de maneira simples, repetindo uma situação bastante comum em muitas empresas. Richard Stallman, pesquisador do MIT - Massachusetts Institute of Technology, teve a idéia de distribuir com o código fonte aberto seus softwares após um problema que teve com uma impressora em seu local de trabalho. A impressora estava um andar acima do local onde diversas pessoas trabalhavam. Por vezes, ocorria uma pequena falha e a impressora desligava, forçando que uma pessoa subisse as escadas até o andar superior, ligasse a impressora e retomasse a operação. Stallman pensou que um software simples seria capaz de religar a impressora sem que fossem necessários o deslocamento físico e a perda de tempo em subir um andar. Contudo, o intuito de Stallman esbarrava na impossibilidade de ter acesso às informações do código fonte

do software que comanda a impressora, pois esses eram propriedade da empresa que a produzia, e que não tinha interesse em abrir mão dessas preciosas informações.

Em 1984, Stallman, lança um manifesto escrito em 1983 em que propunha retomar a prática de compartilhamento na criação e desenvolvimento de software. Segundo Stallman, quando começou a trabalhar no laboratório de inteligência artificial do MIT, em 1971, o compartilhamento dos códigos dos softwares era uma prática tão comum quanto a que leva as pessoas a trocarem receitas culinárias. Esta prática havia sido alterada nos anos 80 e estava sendo substituída pela prática do ocultamento do código contido nos softwares (STALLMAN, 2002, p. 15-30). O que ele propunha era o oposto das práticas que o mercado pratica.

2.7 O Software Proprietário

Nos anos 60, não existia ainda a idéia de compatibilidade de software, ela surge a partir do lançamento do IBM 360. Isso porque a noção de software é posterior a de programa. Software tem como uma de suas principais características a separabilidade da máquina, do hardware. Em razão disso, antes do final dos anos 60, pensar em software livre ou proprietário, não faz sentido. É fácil de entender isso já que falamos de uma época de descobertas, em que os computadores freqüentemente ocupavam uma sala ou andar inteiro de um prédio, pesavam toneladas e usavam cartões perfurados. Deste modo o interesse maior ficava com as máquinas, já que era algo portador de novidade, enquanto que os programas não passavam de incrementos lógico-matemáticos. Somente após popularização dos minicomputadores é que a situação começa a mudar. Adquirir um computador já

não representava gastos de milhões de dólares e o acesso a eles era um pouco mais fácil, o que fez o número de usuários aumentar a tal ponto que passou ser possível e viável comercializar software, ao invés de distribuí-lo gratuitamente. A diferenciação entre hardware e software além de facilitar a programação e permitir que um programa fosse utilizado em mais de um tipo de computador foi fundamental para o surgimento do modelo de propriedade de software que se tornou hegemônico nos anos 80 e 90. A situação se alterou de tal forma que o software tornou-se relativamente mais importante que o hardware, e, portanto os fabricantes passaram a vender os aplicativos, sem fornecer o código fonte, além de impor restrições à redistribuição dos programas.

As grandes empresas como a Microsoft, a Adobe, a Macromedia, entre tantas, investem muito dinheiro em pesquisa para criarem seus produtos. Os softwares são criados como programas de computador escritos em uma linguagem de programação e o programa original escrito numa destas linguagens é chamado de "código fonte". Posteriormente, o código fonte é "compilado" e transformado em um formato executável pelo computador, como arquivos ".exe", entre outros.

Um programa já compilado não pode ser modificado pelos usuários e nem as técnicas utilizadas na programação do código fonte podem ser conhecidas por ele, pois o formato executável, é composto da chamada "linguagem de máquina", incompreensível para o ser humano. É apenas este formato binário que as empresas gravam em CDs e os usuários copiam e instalam nos seus computadores, juntamente com manuais, bibliotecas, e ajudas. O código fonte que foi criado para gerar o executável fica bem guardado nos cofres das empresas, que o consideram como segredo industrial.

Quando compramos um software não podemos alterá-lo e nem se sabe como ele foi desenvolvido, passamos a usá-lo simplesmente. Este tipo de software é chamado de "software proprietário". As empresas que produzem e comercializam softwares proprietários recuperam o seu investimento e obtém os seus lucros com a venda de cópias oficiais dos programas já compilados, que podemos usar através de um contrato de "licença de uso" com o qual concordamos, de maneira consciente ou não, quando instalamos o software em nossos computadores.

Além do lucro da venda de cópias oficiais com licença de uso, estas empresas e/ou suas parceiras também lucram oferecendo suporte técnico, treinamento e personalização. Periodicamente, lançam versões mais novas que exigem maiores recursos de máquina e, portanto, mais investimentos dos usuários. Com o tempo e com o avanço das tecnologias de informática algumas empresas se sobressaíram e formaram verdadeiros monopólios no mercado de software, como é o caso da Microsoft, que possui o seu sistema operacional MS-Windows e a sua suíte de escritório MS-Office instalados em quase todos os computadores do planeta.

O software se tornou tão importante porque se um fabricante de computadores vender o hardware sem nenhum software instalado ele simplesmente não funciona e para utilizá-lo o usuário terá que adquirir os softwares por conta própria e instalá-los, o que nem sempre é tarefa simples por causa da possibilidade de incompatibilidades, erros e conflitos entre componentes. Mesmo que o usuário não compre os softwares, e simplesmente copie os CDs ainda assim terá que arcar com as tarefas de instalação e configuração e estará cometendo o crime de pirataria.

Com o monopólio⁷, os usuários ficam à mercê das políticas de preços, vendas e atualizações de versões impostas por estas empresas. Não há muitas opções de escolha, a concorrência desaparece e, conseqüentemente, os preços se tornam muito mais elevados do que poderiam ser. Paradoxalmente, esta política de preços elevados teve um efeito negativo sobre as próprias empresas que a praticam e acabou provocando a grande onda de pirataria de software que hoje é praticada em todo o mundo e da qual o Brasil é um dos campeões. Praticar pirataria é copiar algo que seja protegido por leis contra reprodução, incluindo software para computador, CDs de música, DVDs, jogos eletrônicos, livros, etc... Proprietários de direitos autorais não conseguem encontrar soluções para uma inquietante ambivalência que se apresenta: por um lado, a rede do meio eletrônico é um recurso fabuloso de divulgação e um potencial inédito de distribuição de conteúdo, por outro, é considerada por muitos com um instrumento que só favorece a livre e infinita pirataria.

Mesmo com técnicas de bloqueios, chaves codificadas e outras artimanhas utilizadas pelas empresas para dificultar cópias ilegais, alguns usuários conseguem quebrar as proteções e copiar os programas. Pessoas passaram a ganhar dinheiro vendendo cópias ilegais de softwares e com o tempo surgiu um grande mercado paralelo de softwares piratas vendidos por preços muito inferiores às cópias oficiais. Estas cópias, não importam quais sejam os argumentos ou justificativas de quem as vende e nem de quem as compra, constituem crime. Porém, mesmo da pirataria a Microsoft se beneficia, pois os usuários se acostumam aos seus produtos e passam a ser consumidores passivos de tecnologia.

⁷ Em economia, monopólio (do grego monos, um + polein, vender) é como se denomina a situação em que uma empresa detém o mercado de um determinado(s) produto(s) e/ou serviços, impondo preços aos que comercializam. Uma forma evoluída de monopólio são os chamados oligopólios (WIKIPEDIA, 2007)

Para tentar reverter este cenário, vários profissionais e empresas começaram a estudar novas formas para produzir e distribuir software. Deste movimento surgiram as licenças de software livre que hoje dão suporte legal e garantem a continuidade do movimento sem o risco de exploração comercial indevida. Foi para fugir da dependência de uma tecnologia mantida em segredo e comercializada ao bel prazer de grandes corporações e para eliminar a pirataria que surgiu o Movimento do Software Livre.

2.8 Características do Software Livre

A filosofia do Software Livre encontra as suas raízes na livre troca de conhecimentos e de pensamentos, tradicionalmente encontrado no campo científico. Tal como as idéias, os programas de computador não são tangíveis e podem ser copiados sem perda. A sua distribuição é a base de um processo de evolução que alimenta o desenvolvimento da humanidade.

No início dos anos 80, Richard M. Stallman foi o primeiro a conseguir a formalizar esta maneira de pensar para o software sobre a forma de quatro liberdades:

1ª liberdade:

A liberdade de executar o software, para qualquer uso.

2ª liberdade:

A liberdade de estudar o funcionamento de um programa e de adaptá-lo às suas necessidades.

3ª liberdade:

A liberdade de redistribuir cópias.

4ª liberdade:

A liberdade de melhorar o programa e de tornar as novas modificações públicas, de modo que a comunidade inteira se beneficie dessa melhoria.

O software, seguindo esses quatro princípios, é chamado "Software Livre" (ou *Free Software*). Software livre se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem os programas. É uma questão de liberdade, não de preço. De modo que a liberdade de fazer modificações, e de publicar versões aperfeiçoadas, tenha algum significado, deve-se ter acesso ao código-fonte do programa. Nessa perspectiva, o acesso ao código-fonte é condição essencial para essa forma de organização.

2.9 Principais Referências do Movimento do Software Livre

Free Software Foundation

A *Free Software Foundation* (FSF) foi criada a partir da experiência concreta de uma comunidade que compartilhava programas de computadores no laboratório do MIT - Massachusetts Institute of Technology. Indignados por não terem conseguido o código de programação de uma impressora Xerox que não funcionava bem, descobriram que os programas, até então compartilhados por programadores e instituições universitárias e públicas, passaram a ser um produto de "mercado" e que os códigos de programação, agora secretos, tinham sido adquiridos por grandes multinacionais.

Liderados por Richard Stallman, criaram os conceitos do movimento, as licenças públicas (GLP), o *copyleft* (esquerda autoral) e o projeto GNU em 1984. O objetivo da *Free Software Foundation* (FSF) é eliminar a restrição de cópias, redistribuição e modificação de programas de computadores, conforme informações disponibilizadas no *site*: <http://www.fsf.org>.

Licença GLP

A General Public License é uma licença que protege o direito de liberdade do software livre. Esta proteção dos direitos se dá através de dois elementos: o copyright dos softwares; e a licença para copiar, distribuir e melhorar. O sistema operacional GNU-Linux é GLP. Site: <http://www.gnu.org>.

2.10 Trocadilho

Invertendo as regras do direito autoral (o *copyright*), em que o usuário deve pagar uma porcentagem do valor do produto ao criador ou revendedor, o *copyleft*⁸ assegura que qualquer pessoa possa ter acesso às informações, desde que cite a fonte original. Mais do que isso, o conceito garante que qualquer obra sob sua

⁸ O termo *copyleft* vem de um trocadilho em inglês, que substitui o "right" (direita, em inglês) de "copyright" por "left" (esquerda, em inglês). O duplo sentido do termo está no fato de que a palavra "left" é o verbo "leave" (deixar) no passado, tornando "*copyleft*" um termo próximo a "cópia autorizada". Outro trocadilho intraduzível brinca com a famosa frase "Todos os direitos reservados", que sempre acompanha o símbolo da mycrosoft: para o "*copyleft*", a frase "All rights reserved" torna-se "All rights reversed" ou seja "Todos os direitos invertidos". Estes sentidos aparecem também em português, são jogos de palavras, sintéticos e interessantes, que por vezes, exprimem melhor o pensamento que se quer expressar do que complexas expressões lineares. O Linux, principal sistema operacional gratuito no mercado, desenvolvido pelo finlandês Linus Torvalds, foi criado de acordo com os conceitos do "*copyleft*". Conforme dados acessados <http://www.htmlstaff.org/gnulinux/gnulinux160.php>, em dezembro/2005.

chancela esteja livre para ser reproduzida indiscriminadamente e de forma gratuita. Não há legislação brasileira que possa enquadrar como pirataria o uso de software com esta licença. O *copyleft*, mesmo não sendo um conceito reconhecido em convenções internacionais, vem adquirindo popularidade e legitimidade sobretudo na Internet, ao mesmo tempo em que provoca arrepios em negociantes de conteúdos.

2.11 Software Livre no Rio Grande do Sul

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, na gestão Olívio Dutra, introduziu o debate sobre o uso preferencial de softwares livres na área pública e através de uma coordenação estadual originou o que foi chamado Projeto de Software Livre RS. A introdução de Tecnologias da Informação e Comunicação -TIC's, na rede escolar pública do RS e da UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, se destacou dos demais projetos educacionais brasileiros não simplesmente pela questão da opção tecnológica, mas principalmente por uma visão diferenciada que busca, através do uso das TIC, proporcionar à comunidade escolar a possibilidade de ampliar a expressão de suas potencialidades, interagindo, criando produzindo diferentes linguagens. Além disso, partiu do princípio que a educação é um direito e, portanto, as ações devem estar compreendidas também como políticas de inclusão social (BRANCO, 2002).

2.12 Coletivo e Liberdade

Hoje, talvez ainda mais do que antes, as manifestações da coletividade colocam o problema da liberdade. Em certo sentido, bem estabelecido e retomado de diversas formas pela tradição filosófica, a liberdade é causa do coletivo, ou seja, na origem do coletivo estaria a singularidade do humano, do corpo humano individual, mas na medida em que ele não se sustenta. Em outras palavras, na medida em que ele não se mistura com o seu meio, “como a água no interior da água” (BATAILLE, 1993, p. 20), não se compõe com o seu entorno, senão coletivamente, e instrumentalmente. Por outro lado, a natureza, mesmo a natureza inanimada, é um movimento produtivo (DELEUZE; GUATTARI, 1995), nela também se produz, num certo sentido, o artificial. Ocorre então que o humano não é o inventor da liberdade, mas a sua existência coletiva se expressa como liberdade, de maneira peculiar. De certa forma, falamos em liberdade humana com letras minúsculas, como um termo menor, sem depositar no humano a sobrecarga de definir a liberdade, ainda que nele ela se expresse de modo singularmente intrincado.

A liberdade da qual falamos não é, portanto, a liberdade do indivíduo. Não obstante, ela não se define contra o individual, e nem mesmo a despeito dele. A liberdade se associa, se define também ligada ao individual, apenas não se produz continuamente assim. O individual é uma modalidade da potência, da própria liberdade. A questão passa a ser como não suprimir o indivíduo, ainda que ele não resolva o problema. No nosso entender, estas questões não se colocam de modo simples para os movimentos, que as encaminham de formas diferentes, que não cabem nas suas palavras de ordem. É justamente porque as palavras de ordem não capturam os movimentos que elas aparecem no seu seio.

No caso no MST, a estratégia é partir da noção de coletividade, o que vai colocar a liberdade como problema em aberto. No caso do Software Livre, o ponto de partida é a liberdade, e portanto, é o coletivo que vai colocar-se como problema. É importante destacar que estes campos problemáticos não são definidores, não são objeto de um contrato social; são linhas de força, o que significa que não vão produzir estatuto, e o seu caráter instituinte é frágil. É por isso que estamos sempre cogitando do fim dos movimentos, da sua insuficiência, ou da sua dispersão, mesmo quando eles se afirmam com exuberância. A força do coletivo está na sua capacidade de movimentar-se e na forma desse movimento. A força do coletivo está na multiplicidade dos seus agenciamentos. O número faz número. A multiplicidade faz multiplicar.

O MST não pode deixar de incluir, por exemplo, a questão da mulher, e a da tecnologia e do conhecimento. Não pode, portanto, deixar de pensar na educação, e em outras questões que lhe seriam “estrangeiras”, justamente porque a liberdade vai necessariamente insistir nas suas preocupações de coletivo. Nesse caminho, vai ter que produzir uma liberdade com letras minúsculas, que não se defina contra alguma coisa, nem mesmo contra o individual, em nome da igualdade que seria pressuposto do coletivo. Além disso, seu entendimento da luta tem como argumento à não-violência, e não um armistício pós-guerra, um pacto. Por isso, como movimento, não faz corrida armamentista, nem demarca território, ainda que não seja um movimento “pacifista”.

O software livre, por outro lado, não enche barriga, não mata a fome, mas ele precisa sair para o campo da enunciação em geral, do pensamento. O conceito de software acaba sendo um conceito-movimento – de fato, já o era antes mesmo de Richard Stallman, que acaba incluindo coisas que não incluía antes. Deve tornar-se

inespecífico, chegando à multiplicidade das vias de expressão, como a música, literatura, jornalismo, entre inúmeras outras. Nesse sentido, é natural que o conceito de software livre tenha sido criado enquanto a Internet se aparelhava, assim como é natural que toda a questão da propriedade intelectual o atravessasse, de tempos em tempos.

2.13 A Emergência do Desenvolvimento Compartilhado

A idéia por trás de softwares livres, se é possível tal simplificação, é tratar o código-fonte dos programas de computador como conhecimento científico universal (MARCACINI, 2002). Assim como a nossa civilização básica desenvolveu e acumulou conhecimentos de matemática, engenharia, medicina, filosofia, física, química, que são patrimônio da humanidade, o código-fonte dos programas livres passa também a compor um conjunto de conhecimentos compartilhados.

O software, como definição, são linhas de códigos, instruções de máquina. O grande diferencial do software livre, não chega a ser o produto em si, mas as práticas sociais articuladas em sua produção e a nova relação de utilização que ele permite, onde o usuário que o utiliza pode transcender essa condição e passar a ser produtor de tecnologia, se assim desejar e desenvolver habilidades mínimas de programação. Em função do processo de expansão de usuários e desenvolvedores de tecnologia, surgiu o consenso de que softwares proprietários e softwares livres estão em lados opostos da mesma balança, que representam projetos políticos de ideologias contrárias. Argumentos não faltam para reforçar esse ponto de vista, entre eles figuram as licenças de uso e o fato dos softwares proprietários pertencerem, em sua maioria, a empresas norte americanas. Porém, para além desses argumentos,

que cremos verdadeiros, há algo que precisa ser melhor entendido, sob pena de cometermos o equívoco de difundir idéias de que o software livre transforma tudo em ouro: é necessário observar como essas questões são colocadas em debate, como está organizada a máquina social e as redes sociais que se acoplam nas redes de tecnologias.

Muito mais do que discutir a ideologia do software que será utilizado para esse ou aquele fim, faz-se necessário entender qual o impacto das tecnologias nos modos de vida das pessoas, qual a capacidade que estas tem de filtrar as informações disponíveis, qual a capacidade delas de se apropriarem criativamente do meio eletrônico para compreender e interferir nos seus processos de funcionamento. Se questões como estas, entre tantas com a mesma preocupação pedagógica, não forem observadas, qualquer um dos tipos de softwares utilizados dificilmente servirão para outra coisa que não a reprodução do modelo vigente até então baseado no modelo usuário/expectador/consumidor. Modificar essa estrutura, discutir essas raízes não é tarefa pouca e nem fácil, é algo extremamente complexo e delicado, pois pretendido assim desde muito tempo pelo modelo de desenvolvimento adotado.

Para Castells (1999) as tecnologias da informação, junto com a habilidade para usá-las e adaptá-las, são o fator crítico para gerar e possibilitar acesso à riqueza, poder e conhecimento no nosso tempo. Elas somente, as tecnologias, não têm o poder de mudar situação alguma. Muitos programas de inclusão social têm a preocupação de vincular a inclusão digital como parte indispensável das políticas públicas de combate à pobreza. São iniciativas louváveis, porém, por vezes pecam ao estabelecerem que o acesso aos computadores conectados a Internet resolvem todos os problemas. O excesso de informação pode ser tão paralisante quanto a

falta. O que queremos dizer é que há um entorno dos problemas sociais que excluem das possibilidades de trabalho, estudo, lazer, comunicação e geração de renda, grupos importantes como os Movimentos Sociais e que o simples acesso às tecnologias não resolve, e isso é anterior à disputa pelo tipo de tecnologia que se pretende utilizar. Esse debate precisa ser travado com as mais amplas esferas da sociedade pois, poderemos estar usando as tecnologias da informação e comunicação para aprofundar ainda mais a distância entre as pessoas e criando novas categorias sociais como conectados e desconectados, informados e desinformados e pior ainda, entre *info-ricos* e *info-pobres*.

Partindo da evidente concentração do acesso às tecnologias, que cada vez mais intermediam relações na sociedade, e da recorrente crença nelas como algo essencialmente bom é que muitos grupos saem em defesa do software livre e ao ataque do software proprietário, resumindo a questão a um embate bem menor que ele realmente é. Não basta culpar o monopólio e as empresas norte americanas pela forma como têm conduzido as políticas até aqui. Fique claro também que não as estamos defendendo. O que queremos dizer é que não basta mudar o conteúdo da utilização e manter a mesma maneira de relacionamento com a produção, é necessário uma nova postura em torno das relações de criação e recriação das tecnologias, e isso é demanda certa para a educação.

O software livre não consiste em nenhum milagre, nem é um complô contra a Microsoft detentora do monopólio de programas de computadores. Antes é um movimento apoiado inclusive por grandes empresas do ramo de *hardware* como IBM, Sun, Intel, HP, Dell, entre outras, que ao comercializarem os seus equipamentos, precisam fornecer o software mínimo necessário para o seu funcionamento. Este software é composto por um sistema operacional, via de regra

o MS-Windows, fazendo com que essas empresas acabem também atingidos pelo monopólio e pelos preços elevados que dominam o mercado, essa prática têm aumentado o custo final dos equipamentos. Algumas empresas criaram seus próprios sistemas operacionais, mas isto acabou criando diferenças entre sistemas e gerando incompatibilidades, dificultando o treinamento e a utilização por parte dos seus clientes, que acabam forçando fabricantes a compatibilizarem seus equipamentos com o MS-Windows, que é largamente difundido. Ou seja, há um círculo vicioso que só faz aumentar o monopólio e os preços.

2.14 Equivalências

Há que se considerar que existem muitas peculiaridades nesse universo de representações simbólicas. No caso específico do MST e do Movimento Software Livre uma delas é o fato de que ser integrante do MST, pressupõem um passado em comum, uma história semelhante de vida. Partem de uma condição de exclusão social para protagonizarem seu lugar no novo modelo de sociedade que pretendem construir. Para o Movimento do Software Livre, ter um passado em comum não é uma condição essencial para dele fazer parte, mas sim uma expectativa de futuro, uma crença de que outra forma de organização da sociedade é possível.

Uma das relações equivalentes que observamos entre os Movimentos em foco nesta dissertação acontece em relação aos meios de produção. Ao propor o abandono do modelo vigente de consumo de tecnologia em favor do modelo apoiado na construção colaborativa o Movimento pelo Software Livre se coloca no mesmo patamar que o MST que propõe o abandono da monocultura em favor de outra relação com a terra, cristalizada na agricultura familiar, na defesa do meio

ambiente, na agroecologia e em formas alternativas de sustentação da vida.

2.15 Paralelas

Com o monopólio praticado pelas grandes empresas de informática, os usuários ficam à mercê das políticas de preços, vendas e atualizações de versões impostas por estas, exatamente como acontece no caso dos produtos agrícolas que tem o preço variado conforme as demandas do mercado externo, mantendo agricultores sempre em estado de tensão pois são fortemente vulneráveis as oscilações do mercado e das políticas econômicas regidas pelo FMI. Acontece com os Movimentos Sociais, no campo da tecnologia da informação a mesma contradição que acontece no campo da tecnologia das sementes, ou seja, assim como existe uma empresa que pretende seu sistema instalado em todos os computadores do planeta e cobra caro pelo uso dessa tecnologia (*royalties*), também existe o monopólio das empresas de sementes que apostam no modelo da grande propriedade, da monocultura, da exportação e também cobram pelo uso dessa tecnologia (*royalties*). Em ambos os casos, essas empresas se beneficiaram da pirataria⁹ e do contrabando, respectivamente, para disseminarem seus produtos e cativarem usuários e consumidores. Uma vez instalados no país, inicia o processo de legalização pelo uso da tecnologia. Acontecem ondas de perseguições chamadas de combate a pirataria e ao contrabando, e nesse momento a mídia, fortemente comprometida com grandes grupos econômicos, desempenha um papel

⁹ A pirataria moderna se refere à cópia, venda ou distribuição de material sem o pagamento dos direitos autorais, portanto, apropriação da forma anterior ou com plágio ou cópia de uma obra anterior, com infração deliberada à legislação que protege a propriedade artística ou intelectual (WIKIPEDIA, 2007).

fundamental. A sociedade civil e os governos nas suas várias instâncias, se mobilizam para legalizar suas licenças e encher cofres fora do nosso país.

Há uma disputa por corações e mentes, sem trégua. Não há nada errado em ter interesses diferentes, o problema está, ao nosso ver, em tentar impor a todo custo uma maneira única de pensar e agir na sociedade. Impor um modelo de padrão de consumo de tecnologias, de alimentos, de moda, de músicas, e de tudo mais que caracteriza uma sociedade. Há que se respeitar as diferenças e os diferentes, que forjam outros caminhos e outras possibilidades para além do que está posto como definitivo, resolvido e aceito. Ao contrário do que temos testemunhado, a busca por autonomia tecnológica, deveria ser muito mais do que tem sido, e para isso as políticas na área de educação são definitivas, pois o desenvolvimento de um país está associado aos índices de tecnologia que este produz e consome. Esses índices estão diretamente relacionados com os investimentos em educação e pesquisa e refletem a postura política frente ao projeto de desenvolvimento adotado. Considerando a produção de tecnologia um dos grandes indicadores do desenvolvimento econômico, nada mais contraditório do que continuar enviando grandes remessas de dólares para empresas norte-americanas, ao invés de investir em tecnologia desenvolvida de maneira viável economicamente, inclusive.

2.16 Indústria de Informação

Quando a informática começou a transformar-se no mais lucrativo negócio da história, surgiram políticas de segredo e ocultação de tecnologia que os fabricantes de software proprietário praticam até hoje (ORTENSI, [s/d]). Estas políticas, aliadas

aos preços elevados, impedem que um número maior de pessoas e pequenas empresas se beneficiem dos avanços proporcionados pela informática. Foi para tentar mudar este cenário que, em meados de 1990, algumas empresas e alguns profissionais, com o apoio de várias universidades em todo o mundo, começaram a disponibilizar o código fonte dos seus softwares, principalmente através da Internet, incentivando outros profissionais a colaborarem com o seu desenvolvimento. O que parecia ser uma idéia inviável num sistema capitalista, passava a ganhar adeptos rapidamente.

Assim como o software livre tenta romper com a indústria da informática, Movimentos Sociais vêm tentando romper com a estrutura do latifúndio da terra. Chegamos talvez a um ponto da história em que o conhecimento produzido por algumas empresas e profissionais espalhados pelo mundo estejam indo ao encontro do que é proposto e experimentado pelos Movimentos, trabalhando numa mesma lógica, num esforço gigantesco em construir outras possibilidades de vida e, inclusive, de sobrevivência. Não se trata de um exercício combinado, mas da percepção de que um outro mundo é possível, onde as injustiças sociais sejam amenizadas e onde as oportunidades sejam melhor distribuídas. Nessa perspectiva, o Software Livre se apresenta como o Movimento Social da Internet (CASTELLS,1999), e deste vai participar quem souber viver na lógica do compartilhar, quem acreditar que sozinho não é mais possível sobreviver em dias de globalização.

2.17 A Revolução das Redes

A forma de produção, organização e distribuição solidária de software livre pelas comunidades organizadas no ciberespaço, entre elas os Movimentos Sociais, pode contribuir com a inauguração de um modo de produção alternativo ao capitalismo que conhecemos. Essa forma de produção acontece baseado no trabalho cooperativo e voluntário de milhares de pessoas, em projetos de pequena e grande escala, organizados e operacionalizados no ciberespaço. Essa nova forma de produção está contribuindo para transformar profundamente, a partir da indústria de software, a maneira pela qual o capitalismo se estrutura e se organiza. O software livre significa uma nova forma dada aos produtos do trabalho humano, o que coloca em xeque a própria forma-mercadoria, pois se trata agora de uma forma de produção de softwares cujo objetivo é a socialização dos resultados alcançados e não a apropriação privada via mercado. Com isso, tem-se a dissolução das variáveis preço, valor e mercadoria, essenciais à produção e acumulação especificamente capitalistas. De fato, o desenvolvimento das redes de colaboração solidária, engendradas no ciberespaço, pode significar uma ruptura com o modo de produção capitalista, centrado no lucro e na apropriação privada da riqueza coletivamente gerada. “Não se deve, entretanto, confundir as redes com os distintos tipos de mediações que as possibilitam. Isto é, as redes de organizações sociais não dependem de infovias informatizadas para existir. Tais recursos, entretanto, podem potencializar essas redes” (MANCINI, 1999, p. 24)

O software livre, não sendo mercadoria, pois apoiado em novas relações sociais de produção que não as capitalistas, recoloca o indivíduo como início e fim dos produtos do trabalho. Isso é de uma razão filosófica central: é a possibilidade concreta de rasgar o véu do fetichismo das mercadorias. Com o software livre as relações entre as pessoas para a produção da riqueza não mais aparecem como

relação entre coisas, mas sim entre sujeitos dispostas a dar sentido aos produtos do seu trabalho. É evidente que nessa caminhada existe a preocupação com a geração de renda, de que forma o software pode garantir a sobrevivência de quem trabalha nele e com ele? No modelo de software livre a fonte de receita provém da prestação de serviços e da necessidade de agregar conhecimento permanentemente. Assim, a renda gerada com o desenvolvimento dos softwares é apropriada localmente e a geração de empregos se dá no próprio país. Isso é uma oposição à atual situação, baseada na dependência e em altos custos.

2.18 Paradigma Tecnológico

As discussões em torno das questões ligadas às tecnologias ainda precisam avançar bastante em qualidade e quantidade, pois ainda estão longe de alcançar parcelas importantes da sociedade. É fundamental a percepção de que um modelo de tecnologia não é inferior ao outro, é apenas um modelo de outra ordem. Acontecem atropelos nas discussões em torno desses modelos que lançam uma verdadeira nuvem de fumaça sobre a população que acaba entendendo o modelo proprietário como sendo o representante do monopólio, portanto dos ricos, e o outro como sendo o modelo colaborativo, portanto dos pobres que não tiveram outra opção a não ser juntarem-se para vencer o grande inimigo. Isso é, na verdade, colocar a discussão do software livre dentro dos padrões de discussão do software proprietário, e eles pertencem a paradigmas diferentes, só isso.

Existe uma certa dificuldade em trabalhar com o software livre para a maioria dos iniciantes, é sabido. A instalação de algumas distribuições do Linux, requer mais do que simplesmente inserir um CD, informar senhas de acesso e aceitar as

condições de utilização. O que há de belo nesse tipo de software é o potencial criativo da sua forma de produção que não permite que o produto esteja definitivamente pronto, acabado. A possibilidade de apontar erros, fazer sugestões, adaptar especificidade de uso, moldar a tecnologia ao perfil de uso desejado coloca o usuário numa posição diferente da habitual, pois tira-o do lugar fixo, do silêncio e coloca-o numa posição visível, de diálogo com a tecnologia, de poder dizer o que pensa e espera da tecnologia, e isso é, ao nosso ver, revolucionário.

Outro aspecto é em relação à discussão da propriedade intelectual, onde software livre também traz suas contribuições. Essa discussão é uma das mais explosivas da economia do conhecimento, pois toca em um problema crucial na atualidade: como determinar e garantir os direitos autorais de uma idéia, de um produto imaterial em um mercado sofisticado ao ponto de ser capaz de comercializar bens simbólicos, ainda não se encontrou a fórmula eficiente para regulamentar a circulação da mercadoria informação. E essa economia parece deslizar num paradoxo lógico, que cria uma curiosa situação de interdependência aparentemente suicida: à medida que as empresas de softwares e equipamentos como aparelhos de som, de CDs, de DVDs e videocassetes, indústria de informática, etc. lançam produtos mais sofisticados, capazes de gravar, regravar ou copiar dados com qualidade industrial, os produtores de conteúdo perdem cada vez mais a capacidade de recolher os direitos autorais sobre a reprodução de seus produtos intelectuais. As mesmas corporações que vendem fotocopiadoras, *scanners* e masterizadores controlam a indústria global do entretenimento, e se descobrem prejudicadas pelo uso de tais instrumentos (WU MING, 2002).

Castells (1999) afirma que uma das principais características da sociedade em rede é justamente a capacidade das pessoas apropriarem-se criativamente dos

novos meios, ou seja, do meio eletrônico e das possibilidades que ele apresenta. Ao propor a *copyleft*, o software livre propõem a possibilidade de uma outra forma de produção de valor a partir de uma mesma matéria prima, a informação, baseada numa outra relação com a tecnologia, a partir de uma outra noção de propriedade e autoria. Enquanto defensores do software proprietário se agarram nas licenças para impedir que produtos produzidos a partir de conhecimentos acumulados anteriormente e colocados à disposição de quem deles quisesse fazer uso, os adeptos do software livre fazem o caminho oposto, por acreditarem que o desenvolvimento contínuo extravase os domínios dessas corporações estendendo-se por redes sociais mais amplas, orientadas por esses interesses coletivos.

Assim como o MST tem aumentado seu número de militantes em ações cada vez mais audaciosas e numerosas, também o Movimento pelo software livre tem aumentado seu número de colaboradores. Parceiros importantes como algumas empresas e o governo federal vem firmando parcerias no sentido que apostar na tecnologia como uma criação coletiva e não como propriedade, vale lembrar que o software proprietário não é propriamente a mercadoria negociada, mas sim a sua licença de uso é que é negociada, vendida. Compra-se, na verdade, os serviços que o software pode prestar, sem se poder alterar o conteúdo e a forma desses serviços.

A possibilidade de experimentar formas alternativas de organização da sociedade têm aglutinado pessoas nos mais variados níveis da sociedade. As ideologias compartilhadas por esses grupos de pessoas, acabaram criando um sentimento em comum, que teve no Fórum Social Mundial¹⁰ uma das suas maiores

¹⁰ O Fórum Social Mundial é um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

O Fórum Social Mundial é realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro. Esse Fórum Econômico

expressões. São Movimentos Sociais, ONG's, Movimentos Ambientalistas, Movimentos Estudantis, pela defesa dos Direitos Humanos, Ecologistas, Religiosos, enfim uma gama de segmentos que se unem ligados por idéias e ideais em comum, por crenças, valores e sentimentos que os subjetivam e que, por vezes, independente das distâncias geográfica, idioma, nível social, escolaridade entre outros fatores, os colocam em uma mesma caminhada. Surge uma proximidade que nada tem a ver com a proximidade geográfica, mas sim com a proximidade representacional que promove a idéia de comunidade.

Sabemos que o software livre e os sistemas abertos não são a solução para todos os problemas no campo tecnológico, econômico e social, mas representam um grande avanço quando entendemos que há grupos de pessoas alinhadas à filosofia do software livre dando sua parcela de contribuição para humanidade, produzindo tecnologia com recursos dentro do alcance de todos, usando o software como ferramenta de união e de crescimento, tentando fazer com que a tecnologia e o conhecimento cheguem a um número cada vez maior de pessoas.

tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais. O espaço criado pelo Fórum Social Mundial estará voltado para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações orgânicas, táticas e estratégicas, entre ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial. São essas organizações que enfrentarão o desafio de promover e financiar o Fórum Social Mundial. O resultado que dele se espera é a identificação de caminhos e propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil (UNESCO, 2001)

3.1 Pano de Fundo

Mal sabia eu que ao escrever o memorial para anexar ao projeto de mestrado já estava escrevendo ali pedaços da minha dissertação. Talvez porque agora, mais do que antes, estou chegando ao momento em que preciso revelar mais uma haste do espiral da minha vida. Contar sobre si próprio não é tarefa fácil, acho até que é bem complicado, pois estamos ainda em construção, e, portanto, nosso maior esforço ainda será apenas um ponto de vista, uma parte, um aspecto.

Julho de 1998. Minha história de envolvimento com o MST e os Movimentos Sociais de uma forma mais geral, inicia numa manhã dessas que começam bem cedo, quando cheguei para conhecer a Fazenda Varig, recém transformada em área de assentamento. Não imaginava que ali seria o lugar onde passaria os próximos cinco anos, por livre vontade. Na chegada passamos por um portão enorme, como dois braços abertos que nos recebem. Ao passar por ele parece que até o ar se modifica, como se existisse uma parede invisível que separa aquele lugar de todo resto. Coisas da minha cabeça.

O lugar me impressiona desde a chegada: à frente avisto um tambo de leite, um caminhão de coleta, muitas vacas e a casa do responsável pelos cuidados com aquele Setor. Existe até uma fábrica de ração instalada por ali. As ruas da sede da (ex)Fazenda são calçadas, algo tão incomum no meio rural quanto inesperado considerando que nem na cidade as ruas são tão bem pavimentadas como aquela. Mato e pasto abundam pela área da recém fundada Cooperativa, de cerca de 198 hectares. Chegando à sede avisto à esquerda uma fileira de casas, dá a impressão de terem sido feitas ao mesmo tempo, todas idênticas, amarelas e alinhadas. À direita começo a avistar outras construções que variam entre moradias,

almoxarifado, galpões, garagem, oficina, gerador de energia, casa de máquinas e bem no centro do lugar a casa grande, parece ser aquela dos livros de história. Uma casa enorme: na parte da frente duas salas grandes, uma lareira proporcional, janelas vastas, portas altas, área em todo redor, dá para se sentir como João do Pé de Feijão andando pela casa do gigante. Na parte de cima, cômodos para alojamentos esporádicos, quartos com vista privilegiada do pátio, sala para descanso, muitas opções de dormitórios. A cozinha dessa casa tem saída para uma construção menor, uma espécie de casa-refeitório onde ficavam armazenados os estoques de mantimentos. Também há por ali um grande forno a lenha e uma lavanderia com todo aparato. Na seqüência, a mais importante referência do lugar é uma casa destinada a receber técnicos que vinham a trabalho de campo e, por vezes, realizar reuniões. A seguir um enorme reservatório de água, construído sobre uma torre, guarda histórias de gemidos de fantasmas, na verdade corujas em atividade. Quando a caixa d'água enche e derrama dá gosto olhar a cachoeira que se forma: água límpida, gelada, deliciosa. As poças garantem samambaias e passarinhos ao redor diariamente. Próximo dali há um enorme galpão com balanças, equipamentos diversos e espaço para guardar muita coisa. Mais casas, muitas de diversos tamanhos, todas dispostas próximas e com algo em comum, para além da cor amarela. O verde do lugar me impressiona, eucaliptos e *pinus elliotis* que olhados em linha parecem um só, árvores frutíferas, nativas, muitas "madeiras de lei", cedros testemunhas do tempo que parece não ter pressa ali. Afastando-se um pouco da sede, há uma piscina na entrada do mato fechado. Três andares de água constantemente renovada pela fonte que fica na cabeceira. No verão quando a grama é roçada e a limpeza é feita dá vontade de nunca mais sair dali. Mas tem

muita coisa ainda, afinal são 2.000 hectares de área só nesse assentamento, incluindo uma área de preservação ambiental.

Próximo da primeira fileira de casas alinhadas que nos recebe, há uma construção chamada de maternidade de suínos, com capacidade para trezentos animais. Um silo escondido no cercado garante armazenagem da alimentação para períodos de escassez. Em linha reta é possível avistar outro espaço importante: uma mangueira onde é reunido o gado para fazer vacinação, enghocas de madeira grossa e firme garantem que nenhum animal escape a esse momento. Há um galpão grande, com vários compartimentos, piso e muitas instalações hidráulicas como fazenda de gado, era reservado para os animais de manejo mais sensível, criados em confinamento. Bem próximo, entre as árvores, se encontra uma casa pequena, de quatro cômodos apenas, escondida assim é só mais uma entre tantas outras, coisas simples. Levantando os olhos é possível avistar a pista de pouso que existe mais adiante, dizem que ela ainda consta no mapa das pistas de pouso da Varig, se é verdade não sei, usada poucas vezes certamente. Existe ainda, e é testemunha das possibilidades que o dinheiro traz. Muitos sonhos decolam daquele lugar, mesmo que caiam ali adiante, é difícil não se impressionar com a beleza e grandiosidade do lugar. O restante da área é um misto de reserva ambiental, rios, campo, lavoura e algumas estradas recortando tudo isso.

3.2 Novos Olhares, Novas Aprendizagens

A estrutura descrita a pouco, impulsionada por um bom fluxo de recursos financeiros, fez com que durante muito tempo a Fazenda Varig fosse a principal responsável pelo desenvolvimento do município de Jóia. Mesmo trazendo poucos

empregos e se tornando inviável economicamente, ela faz parte da vida do lugar e por muito tempo, foi o sonho de muitos vizinhos.

As coisas começam a mudar. Lentamente. Tão logo as primeiras famílias começam a chegar, chegam junto uma enormidade de demandas. As pessoas se reúnem constantemente para discutir coletivamente pautas sem fim. Das moradias à escola tudo está para ser construído. Passada a fase de reconhecimento do local, tudo começa demandar nova organização. Afinal, ao passar por aquele portão parece que até o ar se modifica. Coisas de muitas cabeças.

A sede da fazenda de agora em diante passa a ser a sede da Coopervida – Cooperativa Regional Terra Vida Ltda. com cerca de 180 famílias associadas inicialmente. A casa grande, que por muito tempo foi vista muito mais como um objeto para ser admirado do que qualquer outra casa, passa a servir de local para encontros de formação e reuniões. A casa em frente à cozinha foi transformada em refeitório coletivo, só a lavanderia permanece com a mesma finalidade. As casinhas amarelas continuam em fila, mas parecem mais descontraídas. Surgem flores, varal de roupas, hortas e ouve-se barulho de crianças. Movimentos de novos tempos.

O galpão reservado para animais de manejo mais sensível, criados em sistema de confinamento, agora é o salão da comunidade onde se realizam festas, batizados, velórios e casamentos. É engraçado perceber que num local construído para abrigar animais agora tanta gente possa efetivar momentos tão importantes da vida pessoal, sem o menor problema. “É um galpão”, alguém diz, “mas se não fosse pela luta quem sabe a gente estaria debaixo da ponte”.

3.3 Redemoinhos

Durante muito tempo já em plena atividade e acumulando responsabilidades, ainda me indagava sobre a velocidade dos acontecimentos e como aquele universo girava considerando que celulares eram poucos e as formas de comunicação por vezes primitivas, como recados pelo leiteiro. Participando das discussões do Setor de Educação, comecei a perceber quantas expectativas são alimentadas nos espaços formativos do MST. Em um mundo essencialmente ligado ao rural, acontecia uma grande conexão na sintonia das discussões, nas ações simultâneas, nos encaminhamentos gerais e tudo isso sem Internet. Perguntava-me como era possível. Comecei a interessar-me sobre como as pessoas se relacionavam com essa coisa da tecnologia, pensava sobre como tudo seria mais fácil naquela região se fosse possível o uso da Internet para aproximar os assentamentos e suas comunidades. Quantos desencontros, equívocos e desentendimentos aconteceram pela impossibilidade das pessoas se comunicarem a tempo, celulares fora de área, recados que não chegavam e mudanças de última hora que não eram informadas pela indisponibilidade de meios de comunicação. Na Cooperativa, apenas a secretária e o tesoureiro trabalhavam no computador com o editor de textos e de planilhas. Ao mesmo tempo em que para mim a falta dessa forma de comunicação causava estresse e representava atraso, me impressionava com as formas encontradas para burlar as dificuldades e efetivar as atividades propostas. “Tudo a seu tempo” - me diziam.

3.4 O MST em Jóia

O MST começa sua história no município de Jóia no ano de 1997, com a chegada das primeiras famílias que seriam assentadas na fazenda Ceres, antiga fundação Rubem Berta. O município, fundado em 12 de maio de 1982, é bastante jovem, e viria sentir as implicações advindas da chegada de um número tão grande de famílias dentro de seus limites territoriais. Os números do IBGE 2000 mostram as peculiaridades deste local, ele difere em muito da realidade que observamos em grande parte do país, onde o êxodo rural ainda é bastante grande. O município de Jóia conta atualmente com uma população total de 8598 habitantes; sendo 2353 na área urbana e 6245 na área rural. A princípio chegaram 114 famílias que foram assentadas na Ceres, depois 232 famílias que constituíram o assentamento Rondinha, em seguida 35 famílias que formariam o Assentamento Maravilha da Terra. Em 2003 o Assentamento Tarumã foi formado com 55 famílias e também o Assentamento Estrela que Brilha com 12. No ano de 2006 mais um assentamento está chegando no município, desta vez são 80 famílias em média. Considerando a média nacional de quatro pessoas/família é possível ter uma média do número de pessoas e do impacto que isso causa em todos os sentidos. Jóia é um município relativamente pequeno, rural, mas nada pacato. Ele tem o ritmo de um lugar onde ações acontecem mais do que reclamações por aquilo que se queria de uma maneira e acontece de outra, mas como movimentos afirmativos da nova sociedade que se pretende. Instigante e desafiador.

Tão logo os novos moradores começavam a descarregar suas bagagens e dar nova forma ao local, começam a aparecer necessidades imediatas como serviços de saúde, escola, mercado, estradas, água potável, energia elétrica, entre

tantos outros. Nessa lógica, a direção regional do MST faz contatos com o governo municipal, estadual e federal no sentido de viabilizar condições mínimas de vida aos novos munícipes. Há um certo período o MST havia conseguido através de convênio entre o INCRA e o governo federal, a contratação de assistência técnica específica para atuar em áreas de reforma agrária. Os técnicos são contratados pela COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda, localizada em Porto Alegre. Os técnicos contratados passam a atuar em uma das oito regionais do MST organizadas no estado do RS, a saber: Bagé, Livramento, Jóia, Júlio de Castilhos, Missões, Sarandi, Porto Alegre e Rio Grande. Cada Equipe é composta por técnicos com formação em nível médio (2º grau) e 3º grau completo, com formação em áreas prioritárias como Agronomia e Veterinária. O número de técnicos e a formação das equipes variam conforme cada regional.

Em função do número de crianças, mulheres e idosos assentados a COPTec passou a contratar profissionais da área da Saúde com disposição para atividades de formação em medidas de higiene e limpeza, orientação de serviços de pré-natal e atividades gerais da área; profissionais do campo de Nutrição voltados a práticas de reeducação alimentar, com possibilidade de orientar o preparo da merenda escolar nas escolas e refeitórios das Cooperativas; profissionais da Engenharia para fazer os projetos das casas, escolas, postos de saúde e mercados, também arquitetos que pudessem pensar questões de logística e paisagismo. Nesse ínterim integro-me junto à equipe de Jóia, pois a graduação em Informática possibilitou auxiliar na instalação de máquinas e programas que serviram de base para a confecção dos projetos específicos para áreas de reforma agrária. Pude observar algo óbvio: reforma agrária gera trabalho e emprego.

Cada integrante das Equipes é convidado a acompanhar pelo menos um dos Setores do MST organizados na região em que atua. Os técnicos ligados à agronomia ingressam no Setor de Produção, que é o carro chefe de algumas regiões, e passam a acompanhar mais diretamente questões ligadas às culturas alternativas, manejo de solos, rotatividade de culturas. Os técnicos da área de veterinária passam a acompanhar o Setor de produção de Leite, já que essa é uma atividade bastante forte no meio rural e por vezes, a única garantia de uma renda fixa para a maioria das famílias. Nesse setor acompanham e auxiliam as discussões ligadas ao manejo do gado leiteiro, planejamento de produção, silagem, sistemas de pastoreio e desenvolvem formações específicas na área. Os técnicos integram-se conforme demandas e afinidades. Fui convidada a participar do Setor de Educação e do Setor de Gênero. Destes dois o mais ativo era o Setor de Educação pela infinidade de ações que encabeça e pela dinâmica que as escolas imprimem na organização. O Setor de Gênero ainda era visto como “coisa de mulher” e, de certa forma, a minha presença naquele espaço revelava nas entrelinhas o quanto essa discussão precisava amadurecer também na equipe de técnicos e na própria direção regional do MST.

Já nos primeiros meses circulando pelos assentamentos e começando a conhecer melhor um pouco das histórias de vida e da realidade das famílias, comecei a acumular inquietações, futuras questões de pesquisa. Percebia o universo peculiar que existe em cada família que chegava para coletar dados. Por vezes, não conseguia cumprir o número de visitas estabelecidas, porque me perdia nas histórias e na atenção que recebia daquelas pessoas com as quais não tinha nenhuma relação anterior, a não ser a estabelecida a pouco, sob a forma de prestadora de serviços. Conheci famílias que passaram anos acampadas à beira das

rodovias, alguns lá casaram e até pariram filhos. Fiquei surpresa com a alegria demonstrada pelos assentados pela conquista da terra, pela chegada da escola e por tantas outras esperanças que cultivam naquele município, que para mim às vezes parecia o fim do mundo civilizado.

3.5 A Construção de uma Escola

Fez parte da organização do assentamento pensar uma escola. Tão logo o assentamento começa a tomar forma, essa discussão também inicia. As crianças terminaram o ano escolar de 1997 e enfrentaram todo o ano seguinte passando dificuldades para chegar até a estrada central e tomar o transporte escolar que os levava até a escola mais próxima, numa comunidade vizinha. Caminhar no sereno, atravessar a sanga e fazer longos trajetos até chegar ao local combinado fazia parte da rotina de muitos pequenos dali. Em consequência dos inúmeros afazeres no assentamento, parecia que a escola teria que esperar bastante tempo até que fosse feito um projeto pelo município com o objetivo de alcançar verbas para a construção de uma escola para o assentamento. Dispostos a não esperar muito tempo, acontece algo bastante incomum para nossos dias e que em muito me surpreende: a comunidade se reuniu e decidiu que uma das muitas casas da área da cooperativa viraria uma escola, mesmo que improvisada. Mas não poderia ser qualquer casa e nem em qualquer lugar: a casa escolhida ficava próxima à área doada pela Cooperativa para receber a escola definitiva que seria construída via projeto com recursos públicos. Escolheram aquela casinha de quatro cômodos próxima do galpão de confinamento, entre a mangueira e o aeroporto. A construção amanheceu casa e anoiteceu escola. Em sistema de mutirão e com ajuda dos

maquinários da Cooperativa a comunidade lavou, limpou, roçou, podou, capinou e fez tudo que precisava para transformar aquele local em escola. Os antigos quartos viraram sala de aula, a sala de jantar se transformou em secretaria e na cozinha a merenda escolar seria preparada. Entre as educadoras estava Antonia, mais conhecida como Tonha, uma professora recém assentada na Ceres, também Maristela e Loiva educadoras ainda em atividade por lá. A prefeitura disponibilizou uma merendeira para a escola.

Nessa escola diferente também uma proposta de educação diferenciada: as crianças iam para a horta, ajudavam na limpeza, cantavam músicas do MST, criavam símbolos referentes a reforma agrária, comemoravam o calendário de lutas da organização, realizavam atividades comemorativas mais conhecidas como místicas e participavam de várias atividades chamadas pelo Movimento. Daquele espaço apertado, observavam dia a dia a construção da escola nova que logo começava a tomar forma e em alguns meses ficaria pronta. Em se aproximando o momento da inauguração, fez-se necessário escolher um nome para a escola. Entre as sugestões houve a definição por Escola (Municipal de Ensino Fundamental) Conquista 16 de Outubro. A favor desse nome vários motivos: dia 16 de Outubro é a data que marca a chegada das primeiras famílias ao assentamento e Conquista porque era exatamente essa a sensação que pairava no ar: a Escola não era recebida por acaso ou como um presente, mas como uma conquista coletiva de toda a organização. No local onde pastavam vacas agora correm crianças para escola. Revolucionário. Na chegada à Escola há uma pintura que chama a atenção de qualquer visitante: metade da bandeira do Brasil e metade da Bandeira do MST formando uma única bandeira. A mensagem é clara: o Brasil dos brasileiros precisa de reforma agrária já.

No assentamento Rondinha que integra a Regional de Jóia, também existe uma escola e esta não teve a oportunidade de acompanhar de maneira tão próxima: chama-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joceli Correa. Joceli não é um mártir conhecido nacionalmente, mas ele era um jovem militante do MST que deveria ter sido assentado na Rondinha não tivesse sido assassinado em um conflito com a polícia. Os pais do Joceli residem lá. A escola é uma das maiores do município: começou com o ensino fundamental e agora já está com o ensino médio em andamento e também atende turmas de EJA – Educação de Jovens e Adultos e está alcançando uma média de 400 educandos esse ano, segundo informações da 36ªCRE – Coordenadoria Regional de Educação. Nela bate o coração do assentamento. Tudo passa e/ou acontece por lá. Reuniões diversas, encontros do Coletivo Regional de Mulheres chamado Mãe Terra, torneios de futebol, algumas festas e tudo mais que pode acontecer numa escola. Como o assentamento conta com 232 famílias e recebe crianças de pelo menos mais quatro assentamentos vizinhos, a Rondinha torna-se um pólo naturalmente. A maioria dos professores que integram o Coletivo Regional de Educação residem próximos. Os pais dos educandos construíram em sistema de mutirão, em 2003, uma “casa-escola” emendada com o prédio original para receber o laboratório de informática que seria enviado pelo Estado para atender toda comunidade. Até hoje estão aguardando.

A Escola Conquista 16 de Outubro e Joceli Corrêa passam a integrar o Setor de Educação do MST na regional de Jóia. Como as demandas e desafios se avolumam, o coletivo regional, que é um grupo composto por representantes das escolas da regional do MST, no caso Jóia estabeleceu que uma vez a cada mês deve acontecer uma reunião para fazer as discussões inerentes à educação. As reuniões aconteciam de maneira alternada: uma vez na Escola do Assentamento

Rondinha, outra vez na Escola do Assentamento Ceres, distantes 20km um do outro. Tão logo ingresso nele, começo a ter acesso aos livros escritos por Paulo Freire, Miguel Arroyo, Milton Santos, Frei Betto, Edgar Morin e também materiais produzidos por pesquisadores que se interessam pelas questões ligadas ao MST. Este setor discute atividades de formação, conteúdos curriculares, calendário de lutas da organização, comemorações cívicas, participação em atividades regionais, estaduais e nacionais, também educação de jovens e adultos, o grupo de teatro e a radio comunitária, entre tantos temas.

Em meados de 2000 as oito regionais organizadas no Estado começam a discutir a necessidade de formar quadros técnicos para atuarem em frentes específicas como o Setor de Saúde, Educação, Gênero, Frente de Massa e Produção. Alguns desses cursos acontecem no Iterra – Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Capacitação em Reforma Agrária, localizado em Veranópolis, RS. Na grade curricular está previsto o módulo de informática e algumas lideranças já começavam a associar o monopólio da tecnologia ao monopólio da terra. As discussões tinham um grande limitador que era descobrir num espaço relativamente estranho para o MST uma alternativa tecnológica que viesse ao encontro das suas propostas. Nesse ínterim começam os contatos com as comunidades que desenvolvem software livre, com destaque para a comunidade Debian. Estas também buscam “terra firme” para fincar estacas e encontram no MST espaço adequado. A partir daí tem início um processo interessantíssimo de solidariedade, cooperação e desenvolvimento. Em Maio de 2002 recebi um convite para integrar a primeira Escola de Informática do MST. Essa escola se concretizou na Gestão Olívio Dutra, na Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre e reuniu pessoas de vários estados.

3.6 Primeira 1ª Escola Estadual de Informática do MST

Militantes de vários estados brasileiros em uma mesma sala com a mesma tarefa: aprender um pouco da nova tecnologia denominada software livre. Na abertura do curso, a bandeira do MST presente ao lado da bandeira do Brasil chama minha atenção, o discurso afirma que uma nação soberana se constrói com incentivos à tecnologia do software livre e não enviando *royalties* para empresas fora do país. Na abertura, ao lado dos computadores aparecem sementes, flores, livros, fotografias de acampamentos e assentamentos e produtos da terra numa espécie de ritual simbólico ou mística como é mais conhecido. Nas breves palavras de algumas lideranças do setor de educação ouço que, em se pretendendo um Brasil justo e com reforma agrária em amplo sentido é preciso melhorar a qualidade da educação e isso significava exatamente aprender o discurso da tecnologia, entender que ela é carregada de significações e que faz muita diferença ter acesso a ela ou estar separado dela.

O curso do qual participaram Maria Inês, Vilmar e outros quinze sem-terra aconteceu através de um convênio firmado entre o MST e a Procergs. O curso aconteceu no mês de abril e os instrutores foram Gustavo Noronha (MG), Juan Gentili (Uruguai) e Luciano Lopes (RS) integrantes da comunidade Debian (que é um projeto formado por usuários, desenvolvedores, tradutores e documentadores voluntários, com o objetivo central de aproximar o software livre do maior número possível de comunidades). Os outros participantes vinham de oito estados brasileiros. "Foi difícil não porque era Linux, mas porque nunca tínhamos tido acesso à informática antes", conta Vilmar: "Mesmo assim, nunca pensamos em desistir, cada dificuldade encontrada era um desafio a ser superado, o movimento tem 1001

dificuldades, principalmente a financeira, aprender Linux não seria uma das piores", conta Maria Inês. "Agora o próximo desafio é sensibilizar nossos companheiros do movimento da importância do software livre, convencer os colegas que trabalham conosco que usar Linux é bom", conta Maria Inês. Vilmar aponta que "Outra vantagem deste aprendizado é que não estamos sozinhos, a ajuda dos grupos de Debian e da Procergs deve continuar, podemos pedir auxílio à distância quando encontrarmos um problema". Ainda diz que "Acho que nunca é possível dominar totalmente o conhecimento de Linux mas esperamos já poder levar o software livre para a nossa comunidade, formar outras pessoas e nos aperfeiçoar mais ainda".

No alojamento tive a oportunidade de conhecer mais a fundo o tamanho do desafio das pessoas que assumiram a tarefa de participar dessa escola. Pessoas que de tão simples, de tão raras oportunidades, não se intimidam em se lançar num desafio como o que estava proposto. Maria Inês figurou entre as pessoas que guardo com destaque nas lembranças, pois ela se referia ao desafio como algo menos difícil que uma infinidade de situações que já teria enfrentado: "qualquer pessoa nesse mundo tem capacidade de aprender, é só começar aos poucos, ver fundamento no que se pretende que o resto vai embora", dizia ela. "Fundamento eu já vi..... desafio vai ser reproduzir tudo isso lá na minha secretaria", no Maranhão, comentava em seguida. Percebo que para ela, aprender significava conseguir repassar o que estava aprendendo aos seus colegas de atividade na secretaria. Mostrava preocupação em "fazer valer o investimento" .

As primeiras aulas foram uma espécie de anatomia do computador, algo que não trazia muita novidade, mas para eles era a primeira oportunidade de mexer livremente sem medo de estragar nada. "então um pente de memória é isso? Só isso?" , "um mega byte de memória é como um quilo de alguma coisa?", "se eu ligar

um cabo trocado a coisa vai funcionar?”, passado esse momento tem início as primeiras práticas: ambiente de trabalho, opções de navegadores de Internet, editores de texto e planilhas. Para quem estava iniciando foi mais fácil do que para quem já estava na caminhada.

O fato de serem uma turma de sem terras não os fazia melhores ou piores que qualquer outro grupo de pessoas que se reúnem para aprender informática. As curiosidades, os anseios, as dúvidas mais freqüentes e os desafios refletiam um dos aspectos mais evidentes da realidade social contemporânea: a falta de oportunidades. Esta desemboca o processo crescente de aprofundamento das desigualdades sociais que fomenta o surgimento de muitos movimentos sociais, assim como o MST. Há autores como Hermano Viana e Sergio Amadeu da Silveira que defendem que estar em condições de se movimentar na Internet e utilizar os serviços que ela possibilita faz parte dos direitos sociais contemporâneos e sob essa perspectiva estavam exercendo um direito de qualquer cidadão. Percebia o grupo e a opção tecnológica em questão como ícones da superação do modelo econômico dominante. Símbolos fortes do mundo real e virtual propondo alternativas de organização da sociedade, com maior equidade na distribuição de oportunidades, acesso a produtos e serviços, também irrompendo novas formas de produção e compartilhamento do conhecimento. Compreendi que tanto o software livre quanto o grupo ali reunido são expressões que não suportam mais a dureza do sistema, suas violências e misérias. Nada mais do que isso ao mesmo tempo que muito mais do que isso. Coisas de muitas cabeças.

O mês passou rápido e para encerrar o curso fomos convidados a participar de algumas atividades que estavam acontecendo por ocasião do Fórum Internacional do Software Livre, embalado pelos ecos do Fórum Social Mundial. Para

a ampla maioria da turma seria uma oportunidade única. Retornei para minhas atividades cotidianas no mês de junho muito feliz por ter encontrado sentido de vida para minha formação acadêmica. Os desafios não demorariam muito a aparecer!

No mês de julho do mesmo ano recebi o primeiro convite para administrar o módulo de Informática para uma turma de Pedagogia no Iterra em Veranópolis. Nesse momento percebi que os desafios são bem maiores que as boas intenções. Certamente, as primeiras impressões sobre as afinidades entre o MST e o software livre são facilmente observadas e até verbalizadas por alguns integrantes, porém ainda estão bastante restritas ao campo da economia de dinheiro e do “combate ao imperialismo norte americano” - expressão bastante utilizada. Minhas inquietações me apontam algo mais amplo: ambos os movimentos trabalham na perspectiva de propiciar o bem estar do outro enquanto sujeito individual e coletivo; de contribuir com o outro sem eliminá-lo, pelo contrário, o outro é fundamental para que o coletivo se concretize. Nem o MST nem o Software Livre existem se não for no coletivo.

3.7 O ITERRA

Essa escola é diferente de todas que conheço. Tomei o ônibus em Ijuí e me desloquei até Veranópolis, capital nacional da longevidade, na Serra Gaúcha. Chegando lá havia alguém me esperando no horário combinado. Adentrei os portões da escola as 4:00hs da manhã. Fiquei surpresa ao ver algumas alunas pelas imediações da escola naquele horário. Ao indagar sobre elas, fui informada que eram alunas cumprindo a ronda noturna. – Mas não é perigoso mulheres nessa função nesse horário? – Perigoso é para qualquer pessoa, tanto faz ser homem ou mulher, aqui todos os educandos passam pelas mesmas atividades, cada qual num

horário diferente. Naquele período meu compromisso no Iterra -Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária era trabalhar com a turma de Pedagogia da UERGS – Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, o módulo de Introdução à Informática, 60 horas. Pela manhã, fui para a sala de aula conhecer a turma e fazer os primeiros contatos. As salas são enormes, nas paredes frases bastante conhecidas e repetidas nas marchas, também quadros de mártires da luta pela terra como Zumbi dos Palmares, Madre Tereza, Che Guevara, Margarida Alves, Roseli Nunes, Padre Josimo, José Martí. Para minha surpresa, a chamada foi feita pelos próprios alunos em uma espécie de ritual diário, onde cada “brigada“ (grupos que se formam para atividades pontuais como mutirões, atividades organizacionais e sociais, geralmente de curta duração) confere a presença dos seus integrantes. Antes de me passarem a palavra um momento para um determinado rapaz explicar para o coletivo o motivo da sua ausência nas atividades da horta no dia anterior: ele havia ido ao dentista! (...) Disciplina levada a sério, dizem que é assim todos os dias. Representantes de sete estados brasileiros compunham aquela turma: Piauí, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Sinto o peso da responsabilidade assumida. Passado um momento teórico, abro para perguntas e percebo que viveria o maior desafio de um professor: assumir a condição de eterno aprendiz. Lá na minha região isso, lá na minha secretaria aquilo, uma enorme demanda verbalizada na sala de aula, ansiedade por aprender tudo de uma vez, seriam ecos de um novo jeito de encarar oportunidades de educação? Na primeira turma eram mais de 40 alunos separados em dois blocos para que eu pudesse dar conta e também porque o número de máquinas era insuficiente para toda turma de uma só vez. Da necessidade de uma instalação elétrica adequada até o *backup* do sistema de contabilidade, uma fila esperando. Fomos para o

laboratório, lá outra surpresa, não era exatamente um Laboratório de Informática como idealizamos, mas sim uma sala reformada para tal, cheia de precariedades como luminosidade inadequada, pouca ventilação e um quadro negro apoiado sobre duas cadeiras. A gente começa com o que tem, me disseram eles, observando claramente minha preocupação. Respiro fundo e começamos. O sistema operacional instalado ainda era o MS Windows e o pacote de escritório o Office 2000. O técnico responsável pela migração de uma plataforma para outra, chamado Daniel Pascal Angst, popularmente conhecido como Pascal, circula em todos os Estados onde os MST está organizado, mas ainda não havia conseguido tempo para instalar e configurar a rede em Linux no Iterra. O diferencial daquela turma? O pessoal de São Paulo já havia participado dos telecentros e puxava a discussão sobre software livre, porém para boa parte da turma era a primeira vez que estavam tendo a oportunidade de estar diante de uma máquina com a possibilidade de explorá-la à vontade. Observo as conversas e curiosidades e me encanta ver a dinâmica da turma, talvez reflexos de momentos de solidariedade anteriores, não sei. Páginas na Internet, correio eletrônico, pesquisa: os educandos praticam os mesmos exercícios que qualquer pessoa em frente a um computador, talvez com mais proveito do tempo até. Ao dialogar com Pascal sobre como seria possível fazer a mudança de Windows para Linux, considerando as distâncias que ele percorria e a falta de equipamentos, não percebia perspectivas para resolver mais um entre tantos desafios.

Dois anos depois, vasculhando na Internet descobri um *post* onde Pascal faz um convite numa lista de discussão de usuários de Linux no estado da Bahia, buscando alcançar ajuda para as turmas em andamento. O *post* está reproduzido

na integra e dá uma boa dimensão das possibilidades que a Internet incrementa para os movimentos sociais:

Companheiros e companheiras da lista PSL-MA,

Estou lhes escrevendo de Brasília, do escritório nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST. Quero informá-los sobre um projeto, um projeto de Inclusão Digital, que estamos desenvolvendo, desde 2003, com software livre. E quero lhes pedir ajuda para este projeto, porque precisamos de ajuda da comunidade de software livre, para levar o nosso projeto à frente.

Em 2003 começamos no MST um ambicioso projeto intitulado "Inclusão Digital de trabalhadores nas Áreas de Reforma Agrária". O objetivo era de criar uma rede nacional de comunicação e informação da Reforma Agrária, distribuindo 2300 computadores usados do Banco do Brasil e instalando 120 telecentros comunitários nas áreas de Reforma Agrária, tudo isso com 100% software livre.

Admito que estamos bem longe ainda da realização, mas já criamos a base, plantamos a semente, para aos poucos alcançarmos o nosso objetivo.

Temos atualmente 14 telecentros com conexão de banda larga à Internet e 25 salas de informática sem conexão em 12 estados do Brasil. Temos uma página na Internet com várias ferramentas, e com a nossa distribuição MSTIX GNU/Linux para telecentros (<http://id.bsb.mst.org.br>). Fizemos várias capacitações de curta duração nos telecentros, e um curso extenso de capacitação junto com a Pesca Artesanal (SEAP) no Espírito Santo, onde capacitamos 20 técnicos e 20 monitores de telecentro em software livre. Neste convênio temos mais dois cursos na frente, um em Pernambuco, e outro iniciando no dia 10 de outubro em Igarapé do Meio, no nosso telecentro no assentamento Vila Diamante, também com duas turmas de 20 técnicos e 20 monitores respectivamente. Estes cursos têm duas períodos de 15 dias no centro de formação, com um período de 30-60 dias no meio, onde os educandos voltam à comunidade para aplicarem os conhecimentos adquiridos e aprofundarem os estudos. É justamente para este curso que estou lhes escrevendo, que estou lhes pedindo ajuda.

Precisamos principalmente de três tipos de ajuda:

1. Ajuda técnica. O telecentro onde acontecerá o curso está funcionando, porém não está adequado para fazer um curso deste porte. Criamos uma lista de necessidades, baseada nas experiências do curso no Espírito Santo, que pode ser visualizada em http://id.bsb.mst.org.br/cursos/article.php3?id_article=28. Para saber o que está funcionando no local e o que precisa ser substituído, consertado, adicionado, precisamos de um técnico que possa ir até o local e fazer um inventário o quanto antes.

2. Ajuda material. Baseado no relatório do técnico, precisamos achar o material para completar as instalações para o curso. Algumas coisas podemos e vamos levar de Brasília - temos um switch, material de rede, até um AP wireless para o segundo telecentro temporário, e dois notebooks que podem servir como servidores. Mas o que é difícil levar de longe, são micros clientes, dos quais provavelmente vamos precisar uns 5-10 funcionando e outros 5 para a capacitação em hardware, assim como alguns estabilizadores. Sempre lembrando que é por um período de 2x 15 dias, em outubro 2005 e janeiro 2006.

3. Assessores/educadores/técnicos. Por enquanto temos garantido a

participação de dois assessores permanentes, o Paco e eu. Pela experiência precisamos de no mínimo mais uma assessoria permanente para sobrevivermos o curso. E tem uns assuntos que nós não dominamos, como webrádio, para os quais tivemos um ótimo assessor do CMI no ES.

Porque ajuda da comunidade de software livre, porque assessores permanentes? O nosso orçamento é muito apertado, e como uma grande parte do trabalho no nosso projeto, no movimento sem terra precisa de muito trabalho voluntário, de militância. Uma das principais razões porque adotamos o software livre é justamente a filosofia, que não é uma filosofia comercial, capitalista, de juntar dinheiro individualmente, mas uma filosofia de comunidade, de ajuda mútua, reconhecendo os valores sociais do trabalho e dos produtos dela, uma filosofia que casa perfeitamente com a nossa filosofia do movimento. Os nossos cursos não acontecem em salas climatizadas de hotéis 5 estrelas, ensinando alta tecnologia nos intervalos de piscina, televisão e minibar. Os nossos cursos seguem a metodologia do setor de educação do MST, são cursos auto-gestionados pelo coletivo do curso, no ambiente que os educandos se conhecem, com capacitação política, social, cultural, e técnica. Não queremos capacitar técnicos altamente especializados e aptos para ganharem uma vida boa nas empresas multinacionais de informática, mas militantes conscientes de trabalharem para um objetivo maior, para a inclusão digital e social do povo brasileiro. Com isso não quero dizer que vamos passar fome, ao contrário, sempre vai ter arroz e feijão no prato para todos, vai ter uma cama para todos, vai ter futebol, uma cervejinha e um forró de vez em quando para todos, mas um dos principais objetivos dos cursos é a conscientização para o coletivo democrático e baseado no consenso. Por esta convivência, e - claro, também pela falta de recursos para pagarmos as passagens para muitos assessores - precisamos de assessores que aceitam o desafio de ficarem ,15 dias compartilhando a vida com 45 pessoas num coletivo num centro de formação rural, em Igarapé do Meio. O lado bom da história? Gente, quem conhece o kov, pode perguntar a ele, o que é ensinar software livre aos sem terra, quem conhece o Marcelo do CMI-SP, pode perguntar a ele, o que é ficar 2x 15 dias ensinando e convivendo num coletivo de sem terra e pescadores, ou ainda pode acreditar em mim, um voluntário suíço que trabalha há 7 anos no MST: é simplesmente uma experiência maravilhosa!

Para mais informações visitem a página de preparação e sistematização dos cursos em <http://id.bsb.mst.org.br/cursos> ou entrem em contato comigo nos meios disponibilizados embaixo.

saudações livres,

Pascal

Tão logo Pascal lançou o desafio nesse *post* na lista do Projeto Software Livre da Bahia, surgiram possibilidades de parcerias como doações de equipamentos e monitores se disponibilizando a ensinar sobre software livre e aprender sobre reforma agrária. Na Internet, as possibilidades de contatos, de divulgação de necessidades e de respostas aos chamados acontece de maneira muito veloz e com significativa capacidade de resolução de problemas.

Testemunho desafio equivalente ao que encontrei no Iterra por ocasião da minha passada por Braga, para trabalhar com a turma da UERGS no curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, em convênio com a Fundep. O perfil da turma é semelhante: a ampla maioria dos educando está ligada aos Movimentos Sociais e teve poucas oportunidades de estudar. Há disparidade de idade e predominam homens na turma, mas isso não significa ausência das mulheres, pelo contrário, as que compunham a turma exerciam liderança e estavam bastante integradas. Também na Fundep observo disciplina no espaço das aulas e a alternância constante dos educandos em todas os setores da escola. Da ordenha das vacas, que começa as 05:30hs, até a limpeza do pátio e dos corredores: homens e mulheres de vassoura nas mãos, realizando as mesmas atividades. Na Fundep o laboratório de informática havia sido preparado para o módulo de informática e para as aulas de contabilidade.

O que havia de estranho? Talvez o fato de pessoas tão ligadas às questões agrárias estarem se dispondo a aprender algo reservado para o meio acadêmico, numa possibilidade que parecia chegar com anos de atraso, para a maioria do grupo. A novidade? Essa sim existe: o empenho pessoal de cada integrante em confirmar a opção tecnológica afirmada pelo movimento, dando sua contribuição pessoal, fazendo sua parte.

De volta ao assentamento começo a entender porque técnicos de áreas tão distintas são contratados para trabalhar em áreas de assentamento. Começo a entender como o software livre e o MST se encontram: não por causa de um pacto silencioso, mas porque são movimentos em favor da democratização do acesso a terra, a renda, ao conhecimento, a criatividade, à alternativas e à vida em última análise. Nas escolas que passei a acompanhar desde a minha chegada se formam

expectativas quanto à possibilidade de uso do software livre em caráter de teste, para “ir experimentando”. A secretaria estadual adotou os dois sistemas operacionais nas máquinas e, com toda experiência dos militantes e técnicos que atuam, ainda persistem dificuldades para fazer totalmente a migração para o software livre. Problemas de ordem de suporte aos usuários são os mais citados. Isso é perfeitamente verificável.

3.8 Desafios Coletivos

As primeiras discussões sobre o software livre foram tranquilas no Estado. Após as primeiras instalações na secretaria nacional, começaram a surgir problemas com os usuários da própria secretaria que mostravam resistência à mudança. Os problemas de configuração e suporte aos usuários foram os motivos mais citados para solicitar que a mudança total não ocorresse. Por um período as máquinas ficaram com os dois programas instalados e na seqüência a migração do software proprietário para o software livre avançaram. Como Pascal circula por vários estados e é o único técnico habilitado para essa atividade, os problemas não demoraram a surgir. Hoje o próprio Iterra, a Secretaria Estadual em Porto Alegre contrataram técnicos para manutenção dos seus sistemas ao mesmo tempo em que buscam formação para os militantes, de forma a garantir autonomia e evitar dependência.

3.9 Desafios Individuais

O desafio de morar no assentamento, constituir ali minha família, meus maiores amigos e se assumir alguém do lugar que bebia da mesma fonte de

esperança e sonhos me rendeu experiência de vida incomparável. Fazer parte da luta, do convívio diário dos pequenos e grandes desafios do MST fará por muito tempo diferença. Misturei-me com a horta que começamos a cultivar no quintal da casa, aprendi observar o vento para saber se vai chover, demorei a entender a diferença entre ocupação e invasão, lote e propriedade, plantei flores na época errada, morri de medo na ocupação que acompanhei e tive que me render a sabedoria popular que irrompe caminhos, se fortalece na sua fragilidade e parece teimar em seguir em frente. Contudo, cresci. Aprendi a esperar a vez de falar e tive que administrar muitas críticas sobre equívocos que por vezes cometemos. Normal. Tive muitos problemas, perdi a conta do número de vezes que fiquei, como todo mundo dali, dias sem energia elétrica, sem poder entrar nem sair do assentamento por causa das estradas intrafegáveis, dias sem comunicação por telefone (que dirá Internet), esperando pelo sol para poder sair trabalhar. Enfrentei lá os temporais mais violentos que me lembro, muita chuva, muito vento. Tive muita coragem e não poderia ser diferente, pois existem situações muito piores, e nem precisa ser na guerra! Aprendi que o ser humano é capaz de inventar caminhos para além do que está previsto. As comunidades de software livre e o movimento sem terra me mostraram que dentro de cada um de nós há muita força para interferir no que acreditamos que pode ser melhor, modificar o que está errado e reafirmar a vida na sua multiplicidade. Também enfrentei e ainda enfrento dificuldades com o software livre, mas estou convencida do seu potencial e disposta a dar minha contribuição para que ele seja implementado nos espaços organizativos do MST. Estou em Movimento.

3.9.1 Alguns educandos da FUNDEP e ITERRA

No assentamento a gente aprende a conviver com pessoas dos mais variados entendimentos sobre a organização: há aqueles que só pensam em tirar proveitos das conquistas coletivas e há aqueles que cultivam o maior respeito por ela. De alguns desses pretendo falar agora:

Adão Krupinski. Uma cabeça jovem de 60 anos que se desafiou a estudar. No assentamento Maravilha da Terra, regional de Jóia/ RS, deixou sozinha sua esposa Irene. Os dois filhos do casal já não estão em casa faz tempo, foram acampar seguindo o rastro dos pais. Os dois rapazes estudam numa escola técnica dos movimentos em Viamão, próximo de Porto Alegre. Seu Adão é reverenciado na turma por motivos óbvios, é o mais velho e atua como um certo tira teima quando a coisa engrossa. Ele também foi para as aulas de Informática. Certamente suas mãos calejadas e olhos arregalados tiveram dificuldade em estar à frente do computador. Observei atentamente as atitudes dele, pois tinha certeza que estava vendo algo importante acontecer. Quando estabelecemos o diálogo para nivelar a turma a respeito do que pretendemos com as tecnologias e de como elas interferem nas nossas vidas, seu Adão fala que tem a impressão de estar chegando com anos de atraso a uma oportunidade que agora não lhe trará grandes acréscimos, mas que pode lhe poupar desgastes. Gostaria de ter Internet em casa, para poder se comunicar com os filhos, saber o que anda acontecendo no mundo, ler notícias, saber sobre a previsão do tempo e, quem sabe, até ouvir rádio.

Antonia Glaci de Lima. Antônia, conhecida como Tonha, já era professora antes de ser assentada. Tão logo chegou no assentamento Ceres, foi uma das pioneiras na Escola Conquista 16 de Outubro. Tonha tem três filhos e como qualquer mãe tem sonhos para eles e sonha com eles. Seu companheiro trabalha na terra e participa ativamente do grupo de famílias. Tonha verbaliza constantemente seu

respeito pelo MST, pela possibilidade de terem alcançado um pedaço de terra, pelas formações políticas e infinitos cursos que tiveram acesso e pela sua maior conquista: uma vaga no Curso de Pedagogia do MST, agora em fase final. Todos os semestres desde que iniciou o curso em 2002, ela se desloca até o lterra distante cerca de 400km de sua casa para estudar. Isso implica ficar longos períodos sem ver seus filhos Hallana, Afonso e Amanda, agora com 13, 11 e 6 anos respectivamente. Tonha é uma força que não cessa. Participa de todas as atividades na Escola e ela também vai para as aulas de Informática. Diz que fica encantada com o mundo atrás da telinha, digo, do monitor. Pensa nos livros que poderia ter acesso, nas notícias dos jornais, nos jogos para seus educandos, nos editores de texto e de desenhos, nos amigos que faria e em tantas coisas, acho que até nas novelas ela pensa. Faz parte.

Maria Madalena Rodrigues. Conhecida como Madalena simplesmente. Ela era assentada na região de Jóia no assentamento Rondinha, morava bem no centro da comunidade, próxima a Escola e ao Mercado da Cooperativa. Traz no jeito simples um incrível conhecimento da causa. Faz rabiscos em um caderno de anotações e não precisa deles para trazer na ponta da língua as decisões e encaminhamentos das reuniões que participa. Não foram poucas às vezes que andou de reunião em reunião com a pequena Camila sentada um pouco no colo um pouco no chão. Em meio a cadeiras, reuniões e andanças Camila cresceu. Às vezes brincavam dizendo que ela era a mais conjunturada entre as crianças, de tanto que assistia reuniões e encontros. Madalena mudou-se para região de Porto Alegre, seu marido passou a integrar um grupo que estava produzindo verduras sem agrotóxicos para entregar a uma cooperativa, quando mudaram ela já havia tido o Lucas. Percebo que ela quer se apropriar de conhecimentos básicos, para depois

incorporar a dinâmica da comunicação e movimento da Internet. Madalena tem preocupações com a escrita e com o conteúdo dela. Para ela não adianta estar a frente do computador “se a idéia não está na cabeça”. Madalena está certa, não está?

O que as histórias de vida de pessoas com uma parte do passado em comum, como fato de terem sido acampadas e agora assentadas pelo MST, tem a ver com tecnologias, com software livre? Talvez o fato de que ser/estar no Movimento implique assumir um conceito de tecnologia, algo estrategicamente assumido. O que há de estratégico para o MST no software livre é que ele permite, dá a conhecer ao destinatário da tecnologia o que sabe o especialista. Em outras palavras, dá ao leigo algum tipo de controle sobre o conhecimento do técnico. O técnico, por sua vez, é levado a trabalhar às vistas do leigo, que pode entender então, qual é a natureza do seu trabalho – ainda que não consiga apropriar-se do conhecimento do especialista, propriamente dito. Isso faz toda a diferença. Quando se utiliza o software proprietário a participação do especialista permanece um segredo.

As investidas que o MST faz no sentido de qualificar as ações dos militantes têm incluído o contato com a tecnologia, com formas alternativas de construção de conhecimento e de relacionamento com ele. Talvez por essa postura assumida coletivamente é que o software livre esteja chegando cada vez mais próximo da vida de pessoas comuns como Adão, Antonia e Madalena.

No MST percebo a construção de pessoas que colaboram, criticam e criam. Não mais reproduzam receitas de bolo, mas que, no caso de educação e tecnologia se disponham a aprender e aprender a aprender! Se a curiosidade aguçar ter a possibilidade de entender como os processadores de texto funcionam, qual a lógica

dos algoritmos e como é possível fazer programas. A educação como um espaço privilegiado de mudanças. O fato é que no modelo de educação vigente, há um apelo a ensinar da mesma forma como a maioria de nós aprendeu. Se não mudarmos a forma como ensinamos as pessoas a interagirem com o software, elas migrarão sem se importar se ele é livre, aberto, proprietário, comercial ou seja lá o que for. O Software Livre abre, finalmente, a caixa preta. Não seria bom se as pessoas começassem a se questionar como ele funciona, como ele é feito?

3.9.2 Novos Movimentos, novas inquietações

Ao final de 2003, em função de muitos fatores e sentindo uma forte necessidade de estudar mais sobre a realidade na qual estive inserida, decido por me afastar das atividades ligadas ao assentamento, mas não das lutas pela reforma agrária, e procuro mestrado em educação como viés possível para isso. Quase três anos após ter me retirado do assentamento, sentada a frente do meu computador, pensando e escrevendo, descubro que todo esforço ainda não dissolveu muitas das minhas inquietações. Movimento é algo vivo, grandioso e muito rico em dinâmicas. As discussões sobre educação e tecnologias avançaram bastante porém, como quase tudo em nosso país, ainda temos muito que avançar. No assentamento a Escola conquista ainda guarda pela possibilidade de um laboratório de informática e de uma biblioteca ampliada. No Iterra os desafios se renovam a cada turma que chega, o laboratório ainda está numa das salas de aula, sem climatizador nem iluminação adequada. Porém, há regiões na Bahia que estão com os telecentros em plena área rural e já há mais técnicos auxiliando Pascal nas suas atividades. A luta não pára e toda ajuda é bem vinda. Ouvia uma educadora afirmar com veemência

que a luta pela reforma agrária só vai terminar no dia em que não existir mais nenhuma criança fora da escola, nenhum adulto analfabeto, nenhuma família passando necessidade. A luta pela reforma agrária, portanto e infelizmente, está longe de cessar em nosso país.

Os membros dos movimentos sociais, como qualquer minoria em movimento, identificam os avanços tecnológicos como sinal do que é novo, da mudança. É evidente que a tecnologia também pode ser veículo do atraso, ou da conservação. De qualquer modo, no contato com os movimentos é que se escreve uma parte importante da história dos próprios avanços tecnológicos, na medida em que, cada vez mais, eles são a expressão de agenciamentos sociais, econômicos, políticos e culturais das mais diversas naturezas.

CONCLUSÃO

Castells definiu as redes como estruturas capazes de expansão ilimitada, integradoras de novos “nós”, desde que esses consigam seguir os mesmos códigos de comunicação de sua rede. Também propôs que “uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio” (CASTELLS, 1999, p. 498). A Internet, portanto, converteu-se em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores da sociedade civil, que conseguem contornar a desigualdade de recursos para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. A Internet é um espaço que possibilita novos caminhos para interação política, social e econômica, principalmente pelo fato de que nela qualquer cidadão pode assumir, ao mesmo tempo, uma variedade enorme de papéis – como cidadão, militante, editor, distribuidor, consumidor, etc. –, superando as barreiras geográficas e, até certo ponto, as limitações econômicas (MACHADO, 2003).

Dentre os Movimentos Sociais contemporâneos, o MST esteve em foco nessa dissertação e mais uma vez mereceu atenção pela forma como vem discutindo e organizando sua presença e atuação, não só na sociedade civil, mas também na rede mundial de computadores. Nesse espaço encontra-se com o Software livre, que é considerado por Castells (1999) como “o Movimento Social da Internet”. Para as muitas expectativas e possibilidades desse encontro virtual sobressai, além da crítica à forma como o país se organiza em relação às políticas econômicas e tecnológicas, um amplo espectro de propostas que integram uma malha de iniciativas pelo desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e de globalização contra-hegemônica. O MST também vem se posicionando contrário à conversão do trabalho intelectual em mercadoria comercializada sob a forma de licenças de uso de programas de computador e aposta em soluções livres, criadas de maneira

colaborativa e livremente disponibilizadas, como propõem o Movimento pelo Software Livre.

No espaço virtual, o MST encontrou um Movimento que contesta a propriedade privada do código fonte dos programas de maneira análoga à contestação que ele faz da propriedade privada do código-fonte das sementes, pela empresa detentora da tecnologia dos transgênicos. É uma via de mão dupla que atua em terrenos distintos, mas que se encontra e soma forças através da rede mundial de computadores. Para a comunidade do software livre, se constitui uma incoerência o pagamento de *royalties* para a empresa norte americana que construiu seu monopólio vendendo licenças de uso de programas e que constrange com as leis do copyright os que não pagam por elas. Mas e a pirataria? Certamente ela existe em larga escala e até dessa prática a empresa se beneficia, pois cria-se um padrão de consumo que só precisa ser alimentado com novos lançamentos e atualizações. Os usuários tornam-se consumidores fiéis, e esse consumo passa a ser orientado em grande parte pelos meio midiáticos, com destaque para a televisão e a própria Internet.

De igual forma a empresa responsável pelas alterações genéticas no código-fonte das sementes, requer o pagamento de *royalties* pelo uso da tecnologia desenvolvida por ela, também há leis que prevêm esse pagamento e a pirataria, nesse caso, passa a ser chamada de contrabando. Os movimentos passam, então, a ter ideologias compartilhadas e confundem-se em de terminados momentos a ponto de não ser possível identificar onde termina um e começa o outro. São aspectos distintos de uma mesma questão, e essa confusão é o interessante, é o mágico, é o Movimento.

Não só a desigualdade social tem a ver com a distribuição do acesso as TIC's, mas também a diferença do modo como esse processo acontece. Muito mais do que computadores e conexões, os Movimentos percebem que é preciso que essa possibilidade se converta em política pública, como aconteceu com a educação há certo tempo, e mesmo assim, ainda persistem altos índices de analfabetismo. Mais que isso: é preciso que as pessoas estejam sendo preparadas para filtrar as informações que circulam nesse meio, que estejam em condições de refletir sobre esse universo e, principalmente, que estejam em condições de intervir apresentando suas propostas, trazendo suas reflexões e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, digna e solidária.

O Brasil tem apresentado historicamente um padrão de renda muito desigual. Desde a sua descoberta, toda a sua riqueza gerada se concentrou nas mãos da coroa portuguesa e dos senhores do engenho. Sempre foi assim e até hoje nada mudou, 90% da renda se concentra nas mãos de apenas 10% de uma população privilegiada, e os 10% restantes são repartidos entre os 90% da população restante (IBGE, 2003). Mesmo vivendo um cenário de profundas contradições na distribuição da riqueza, renda, poder e cultura, acreditamos que nosso país possui potencial humano e tecnológico suficiente para entrar num processo de desenvolvimento real, com inclusão de todos os setores da sociedade. Para tanto se faz indispensável buscar maior equidade na distribuição da renda, socialização dos frutos do desenvolvimento e acesso a uma educação mais reflexiva. Para todos que acreditam na construção de um mundo justo e solidário, existe um papel importante no desenvolvimento de uma educação permanente com perspectiva emancipatória, na articulação do conhecimento proveniente do estudo e da investigação e na sua transformação em patrimônio coletivo. A educação é

destacada como mediadora de mudanças sociais, não desejando trabalhar aqui a visão reducionista de que tudo se resolve através dela, mas com a certeza de que de uma forma ou de outra, a solução de grande parte dos problemas enfrentados hoje, passa pela educação. A grande busca desta pesquisa, pode ser sintetizada na afirmação de Paulo Freire ao referir que (FREIRE,1992) “Necessita-se de homens e mulheres, que ao lado dos saberes técnicos e científicos, estejam também inclinados a conhecer o mundo de outra forma, através de tipos de saberes não preestabelecidos. A negação disto seria repetir o processo hegemônico das classes dominantes que sempre determinaram o que podem e devem saber as classes dominadas”. O software livre, nesta perspectiva, tem grande potencial para alavancar a autonomia técnica e viabilizar a educação como real instrumento de cidadania, promovendo conhecimento tecnológico capaz de vencer a exclusão digital e diminuir o déficit social presente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vicente. **Iniciativas de integração entre Economia Solidária e Software Livre**. 2006. Disponível em: <<http://twiki.softwarelivre.org/bin/view/EconomiaSolidaria/IniciativasDeIntegra%e7%e3o>>. Acesso 26 setembro de 2005.

ARROYO, Miguel. Trabalho: educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2001.

BATAILLE, Georges. **Teoria da Religião**. São Paulo: Ed. Atica, 1993.

BELATO, Dinarte. **Tecnologia e trabalho**. Vol. II. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

BRANCO, Marcelo. **O caso a Rede Escolar e da Uergs**. 2002. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.org/articles/54>>. Acesso em: 12 de nov. 2006.

BUDD, Hall. **Participatory Research, Popular Knowledge and Power**: A personal reflection”, *Convergence*, 14(3): 7-8, 1981.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CANCICLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CDI – **Comitê para a Democratização da Informática**. [s/d]. Disponível em: <www.cdi.org.br>. Acesso em 12 de Nov. 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Feliz. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1, São Paulo: Ed. 34, 1995.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984

ENCARTA. **NAFTA**. 2003. Disponível em: <<http://www.encarta.com.br>> Acesso em: 12 de Nov. 2006.

FABRÍCIO, Graciele. **Vozes que rondam**: com a palavra, as mulheres sem terra. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Princípios da educação no MST**. Caderno nº 8, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 25 de Março 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**, 13 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GEHLEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado (Sociologia), 1983.

GIANOTTEMN, Vera; WITT, Tom de. Pesquisa Participante em um contexto de economia camponesa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984

GOHN, Maria da Glória (org). **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do século XX**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 25 de Março 2005.

LE BOTERJ, Guy. Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LECHAT, Noëlle M. P. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** Revista Civitas. Organizações e Movimentos sociais. Porto Alegre: Editora PUCRS, v. 2, n. 1, p. 123-140, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. de Carlos Irineu da Costa. 1. ed., São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 1994

MACHADO, Jorge. **Internet, ativismo político e controles governamentais**. Paper apresentado no XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Campinas, 1 a 5 de set. de 2003. Disponível em: <<http://www.forum-global.de/bm/paper/netpol-machado.htm>>. Acesso em 25 de Março 2005.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Eleições, janelas e software livre**. 2002. disponível em: <<http://www.saci.org.br>>. Acesso em 25 de Março 2005.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão. Popular, 2001.

MST. **Escolas Itinerantes**. [s/d]. Disponível em:< www.mst.org.br>. Acesso em 12 de Nov. 2006.

ORTENSI, Mauricio Luiz. **Entenda o movimento do software livre**. [s/d] Disponível em:<www.ortensi.com/inf/sl_entenda.php>. Acesso em 12 de Nov. 2006.

ORRICO, Neblina. **A Internet como ferramenta de luta do MST**. VIII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais. 16 a 18 set. 2004. CES- Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: <<http://www.celer.uc.pt>>. Acesso em 25 de Março 2005.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

REBÊLO, Paulo. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina? 2005. Disponível em:< webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/id/2443>. Acesso em 12 de Nov. 2006.

RUBIM, Antonio Canelas. A comunicação e a política dos neo-zapatistas. **Cadernos do CEAS**. Salvador, p. 64-85, nov/dez. 1996. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/neozept.htm>>. Acesso em 25 de Março 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Software Livre e Inclusão Digital**. São Paulo: Editora Conrad, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SOUZA, Marcio Vieira de. **As redes de e-duc@ção e a cidadania:** mídia, conhecimento e os caminhos do virtual. Disponível em:< www.naya.org.ar/congreso2004/ponencias/marcio_vieira.rtf>. Acesso em 12 de Nov. 2006.

STALMANN, Richard. **Free Software free society:** select essays of Richard Stalmann. Edited by Joshua Gay. USA, Boston: GNU Press. 2002.

STÉDILE, João Pedro (org). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Trabalhadores:** O MST e a luta pela terra. 1994. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1153>>. Acesso em: 25 de Março 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes,1995.

UNESCO. **Seminário de UNESCO do Fórum Social Mundial,** 25-30 de Janeiro 2001 em Porto Alegre. Disponível em:< <http://www.rcgg.ufrgs.br/index.htm>>. Acesso em 12 de Nov. 2006.

WU MING. **O copyleft explicado às crianças:** para tirar de campo alguns equívocos. 2002. Disponível em: <<http://www.wumingfoundation.com>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

BACKUP – em informática, refere-se à cópia de dados de um dispositivo para o outro com o objetivo de posteriormente os recuperar (os dados), caso haja algum problema (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

BIT – A menor medida de informação em um sistema de computação. É um semi-acrônimo para Binary Digit, dígito binário, expresso convencionalmente como 0 ou 1 (zero, a energia é bloqueada – um, a energia é transferida) (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

BYTE – Embora os termos bit (uma unidade de informação) e byte (um conjunto de 8 bits) dêem a impressão de ter nascido no mesmo dia, o bit é 7 anos mais velho que o byte. Foi a IBM quem inventou o nome byte, em 1956, mas não há registros sobre o inventor, nem sobre sua inspiração. Há quem diga que byte significa binary term e há quem diga que ele é uma brincadeira com as palavras bit (pedacinho) e bite (morder) (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

CÓDIGO FONTE - é o conjunto de palavras escritas de forma ordenada, contendo instruções em uma das linguagens de programação existentes no mercado, de maneira lógica. Existem linguagens que são compiladas e as que são interpretadas. As linguagens compiladas, após ser compilado o código fonte, transforma-se em software, ou seja, programas executáveis. Este conjunto de palavras, que formam linhas de comandos, deverão estar dentro da padronização da linguagem escolhida, obedecendo critérios de execução. Atualmente com a diversificação de linguagens, o código pode ser escrito de forma totalmente modular, podendo um mesmo conjunto de códigos ser compartilhado por diversos programas, e até mesmo linguagens (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

DELL Inc. - grande empresa de hardware de computador dos Estados Unidos da América, empregando mais de 63.700 pessoas no mundo inteiro. A Dell desenvolve, produz, dá suporte e vende uma grande variedade de computadores pessoais, servidores, notebooks, dispositivos de armazenamento, switches de rede, PDAs, software, periféricos (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

GNU - Em computação, o projeto GNU é um projeto iniciado por Richard Stallman em 1984, com o objetivo de criar um sistema operacional totalmente livre, que qualquer pessoa teria direito de usar e distribuir sem ter que pagar licenças de uso. Este sistema operacional GNU deveria ser compatível com o sistema operacional UNIX, porém não deveria utilizar-se do código fonte do UNIX. Stallman escolheu o nome GNU porque este nome, além do significado original do mamífero Gnu, é um acrônimo recursivo de: GNU is Not Unix (em português: GNU não é Unix).

IBM - International Business Machines, empresa americana de informática (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

INTEL Corporation - empresa multinacional de origem americana fabricante de circuitos integrados, especialmente microprocessadores (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

INTERNET - é um conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados pelo Protocolo de Internet que permite o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

LP- Hewlett-Packard Development Company empresa americana de produtos de informática (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

MICROSOFT CORPORATION - é a maior e mais conhecida empresa de software do mundo. Foi fundada em 1975 por Bill Gates e Paul Allen com o objetivo de desenvolver e comercializar interpretadores da linguagem BASIC. Hoje a Microsoft é a empresa de tecnologia que mais investe em pesquisa e desenvolvimento no mundo.

MICROSOFT OFFICE - é uma suíte de aplicativos para escritório que contém programas como processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica e gerenciador de tarefas, e-mails e contatos (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

MICROSOFT WINDOWS - é uma popular família de sistemas operacionais criados pela Microsoft, empresa fundada por Bill Gates e Paul Allen (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

PEDAGOGIA DA TERRA - entendida como movimento pedagógico, como abordagem curricular e como movimento social e político, representa um projeto alternativo global que tem por finalidades, por um lado, promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida quotidiana e, por outro, a promoção de um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra. 2. ed. Fund. Peirópolis, 2000).

SOFTWARE LIVRE - segundo a definição criada pela Free Software Foundation é qualquer programa de computador que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído com algumas restrições. A liberdade de tais diretrizes é central ao conceito, o qual se opõe ao conceito de software proprietário, mas não ao software que é vendido almejando lucro (software comercial). A maneira usual de distribuição de software livre é anexar a este uma licença de software livre, e tornar o código fonte do programa disponível (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

SOFTWARE PROPRIETÁRIO - é aquele cuja cópia, redistribuição ou modificação são em alguma medida proibidos pelo seu criador ou distribuidor (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

SUNM - Sun Microsystems empresa fabricante de computadores, semicondutores e software com sede em Santa Clara, Califórnia, no Silicon Valley (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

TICs - Tecnologia da Informação e Comunicação - “as TICs podem ser definidas como tecnologias e instrumentos usados para compartilhar, distribuir e reunir informação, bem como para comunicar-se umas com as outras, individualmente ou em grupo, mediante o uso de computadores e redes de computadores interconectados” (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) .

WINDOWS - é um produto comercial, com preços diferenciados para cada uma de suas versões, embora haja uma enorme quantidade de cópias ilegais instaladas, ele é o sistema operacional mais usado do mundo. Apesar do sistema ser conhecido pelas suas falhas críticas na segurança e como plataforma de vírus de computador e programas-espiões (spywares), o impacto deste sistema no mundo atual é simplesmente incalculável devido ao enorme número de cópias instaladas. Conhecimentos mínimos desse sistema, do seu funcionamento, da sua história e do seu contexto são, na visão de muitos, indispensáveis, mesmo para os leigos em informática (<http://pt.wikipedia.org/wiki>)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)